

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 51/2024

Última atualização 16/07/2024

Local: Curitiba/PR **Órgão:** JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA **Unidade compradora:** 090018 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - PR

Modalidade da contratação: Dispensa **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, II **Tipo:** Ato que autoriza a Contratação Direta

Modo de disputa: Não se aplica **Registro de preço:** Não

Data de divulgação no PNCP: 16/07/2024 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 00508903000188-1-001508/2024 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Inscrição da servidora Antônia Costa dos Anjos, matrícula nº 10.893, no curso Regularizações Contábeis no SIAFI. (Contas Contábeis, Eventos, Situações e Rotinas), a ser realizado nos dias 07, 08 e 09 de agosto de 2024 em Brasília/DF, modalidade presencial, com carga horária de 20 horas.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 3.290,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 3.290,00

[Itens](#) [Arquivos](#) [Histórico](#)

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado
1	Curso aperfeiçoamento / especialização profissional Curso aperfeiçoamento / especialização profissional	1	R\$ 3.290,00	R\$ 3.290,00

Exibir: | 1-1 de 1 itens

Página: | < >

[Voltar](#)



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novo diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

 https://portaldeservicos.gestao.gov.br

 [0800 978 9001](tel:08009789001)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à [licença de uso](#).

...Item n° 1

Descrição: Curso aperfeiçoamento / especialização profissional Curso aperfeiçoamento / especialização profissional

Critério de julgamento: Não se aplica **Situação:** Homologado **Tipo:** Serviço

Categoria do item de leilão: Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não **Benefício:** Não se aplica **Margem de preferência normal:** Não

Margem de preferência adicional: Não

Quantidade: 1 **Unidade de medida:** UNIDADE **Valor unitário estimado:** R\$ 3.290,00

Valor total estimado: R\$ 3.290,00

RESULTADO(S)

Ordem de classificação 1º **Data do resultado da homologação:** 16/07/2024

Situação: Informado

CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 06.012.731/0001-33

[Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome ou razão social do fornecedor: ONE CURSOS - TREINAMENTO, DESENVOLVIMENTO E CAPACITACAO LTDA

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 39/2025

Última atualização 20/02/2025

Local: São Paulo/SP **Órgão:** CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SAO PAULO (CAU-SP)

Unidade compradora: 926507 - CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO SP

Modalidade da contratação: Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, III, f **Tipo:** Ato que autoriza a Contratação Direta

Modo de disputa: Não se aplica **Registro de preço:** Não

Data de divulgação no PNCP: 20/02/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 15131560000152-1-000005/2025 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Inscrição de 02 (dois) colaboradores, integrantes da Gerência Financeira e Gerência Administrativa para participação no treinamento "O Planejamento das Contratações e Formação de Preços nas Compras Públicas", promovido pelo SILP - Eventos e Treinamentos com carga horária de 16 (dezesseis) horas a ser realizado em formato Presencial, em Brasília/DF, nos dias 17 a 18/03/2025.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 4.750,00	R\$ 4.750,00

[Itens](#) [Arquivos](#) [Contratos/Empenhos](#) [Histórico](#)

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado
1	Curso Aperfeiçoamento / Especialização Profissional Curso Aperfeiçoamento / Especialização Profissional Inscrição de 02 (dois) funcionários para participação no treinamento "O Planejamento das Contratações e Formação de Preços nas Compras Públicas", a ser promovido pela SILP - Soluções Integradas de Licitações Públicas, com carga horária de 16 horas a ser realizado em formato presencial em Brasília/DF, de 17 a 18 de março de 2025.	2	R\$ 2.375,00	R\$ 4.750,00

Exibir: 5 | 1-1 de 1 itens

Página: 1 | < >

[Voltar](#)



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novo diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

 https://portaldeservicos.gestao.gov.br

 [0800 978 9001](tel:08009789001)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Item nº 1

Descrição: Curso Aperfeiçoamento / Especialização Profissional Curso Aperfeiçoamento / Especialização Profissional Inscrição de 02 (dois) funcionários para participação no treinamento “O Planejamento das Contratações e Formação de Preços nas Compras Públicas”, a ser promovido pela SILP - Soluções Integradas de Licitações Públicas, com carga horária de 16 horas a ser realizado em formato presencial em Brasília/DF, de 17 a 18 de março de 2025.

Critério de julgamento: Não se aplica **Situação:** Homologado **Tipo:** Serviço **Categoria do item de leilão:** Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não **Benefício:** Não se aplica **Margem de preferência normal:** Não

Margem de preferência adicional: Não

Quantidade: 2 **Unidade de medida:** UNIDADE **Valor unitário estimado:** R\$ 2.375,00 **Valor total estimado:** R\$ 4.750,00

RESULTADO(S)

Ordem de classificação 1º **Data do resultado da homologação:** 20/02/2025 **Situação:** Informado

CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 51.338.961/0001-41 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome ou razão social do fornecedor: SILP - SOLUÇÕES INTEGRADAS LICITAÇÕES PÚBLICAS LTDA

Indicador de subcontratação: Não **Porte da empresa:** ME **Código do país:** BRA

Uso da margem de preferência: Não **Uso do benefício ME/EPP:** Não **Uso do critério de desempate:** Não

Quantidade homologada: 2 **Valor unitário homologado:** R\$ 2.375,00 **Valor total homologado:** R\$ 4.750,00

Percentual de desconto aplicado ao critério de julgamento: 0,0000%

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 17/2024

Última atualização 23/09/2024

Local: Brasília/DF **Órgão:** MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE **Unidade compradora:** 440001 - SUBSECRET. DE PLANEJ., ORÇ. E ADMINISTRAÇÃO

Modalidade da contratação: Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, III, f **Tipo:** Ato que autoriza a Contratação Direta

Modo de disputa: Não se aplica **Registro de preço:** Não

Data de divulgação no PNCP: 23/09/2024 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 37115375000107-1-000046/2024 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Contratação de empresa PORTAL L&C CURSOS E CAPACITAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/ME nº 38.056.454/0001-57, visando o fornecimento de inscrição para o curso Planilha de Custos e Formação de Preços previsto para ser realizado no período de 25 a 27/09/2024, com carga horária total de 24 (vinte e quatro) horas, no formato presencial, na cidade de Brasília/DF, para 10 (dez) servidores.

Informação complementar:

Contratação de empresa PORTAL L&C CURSOS E CAPACITAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/ME nº 38.056.454/0001-57, visando o fornecimento de inscrição para o curso Planilha de Custos e Formação de Preços previsto para ser realizado no período de 25 a 27/09/2024, com carga horária total de 24 (vinte e quatro) horas, no formato presencial, na cidade de Brasília/DF, para 10 (dez) servidores.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 27965,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 27965,00

[Itens](#) [Arquivos](#) [Histórico](#)

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado
1	Treinamento na Área de Administração Pública Processo nº 02000.009918/2024-25- 440001 - 17/2024 Contratação de empresa PORTAL L&C CURSOS E CAPACITAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/ME nº 38.056.454/0001-57, visando o fornecimento de inscrição para o curso Planilha de Custos e Formação de Preços previsto para ser realizado no período de 25 a 27/09/2024, com carga horária total de 24 (vinte e quatro) horas, no formato presencial, na cidade de Brasília/DF, para 10 (dez) servidores. Contratação de treinamentos (Turma Fechada) para desenvolvimento de competências específicas na área de Administração Pública. Contratação de cursos para os servidores do MMA, a fim de atender as demandas constantes no PNDP.	10	R\$ 2796,50	R\$ 27965,00

Exibir: 5

1-1 de 1 itens

Página: 1

< >

[Voltar](#)

 Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novo diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

Item nº 1

Descrição: Treinamento na Área de Administração Pública Processo nº 02000.009918/2024-25- 440001 - 17/2024 Contratação de empresa PORTAL L&C CURSOS E CAPACITAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/ME nº 38.056.454/0001-57, visando o fornecimento de inscrição para o curso Planilha de Custos e Formação de Preços previsto para ser realizado no período de 25 a 27/09/2024, com carga horária total de 24 (vinte e quatro) horas, no formato presencial, na cidade de Brasília/DF, para 10 (dez) servidores. Contratação de treinamentos (Turma Fechada) para desenvolvimento de competências específicas na área de Administração Pública. Contratação de cursos para os servidores do MMA, a fim de atender as demandas constantes no PNDP.

Critério de julgamento: Não se aplica **Situação:** Homologado **Tipo:** Serviço **Categoria do item de leilão:** Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não **Benefício:** Não se aplica **Margem de preferência normal:** Não

Margem de preferência adicional: Não

Quantidade: 10 **Unidade de medida:** UNIDADE **Valor unitário estimado:** R\$ 2.796,50 **Valor total estimado:** R\$ 27.965,00

RESULTADO(S)

Ordem de classificação 1º **Data do resultado da homologação:** 23/09/2024 **Situação:** Informado

CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 38.056.454/0001-57 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome ou razão social do fornecedor: PORTAL L&C CURSOS E CAPACITACOES LTDA

Indicador de subcontratação: Não **Porte da empresa:** ME **Código do país:** BRA

Uso da margem de preferência: Não **Uso do benefício ME/EPP:** Não **Uso do critério de desempate:** Não

Quantidade homologada: 10 **Valor unitário homologado:** R\$ 2.796,50 **Valor total homologado:** R\$ 27.965,00

Percentual de desconto aplicado ao critério de julgamento: 0,0000%



PROPOSTA COMERCIAL | 2025

Modalidade aberta

DLS TREINAMENTOS

A DLS Treinamentos tem como objetivo atender com excelência, compromisso e inovação os diversos trabalhadores que compõem a Administração Pública, nos âmbitos federal, estadual e municipal, sempre voltada ao constante desenvolvimento e aperfeiçoamento desses profissionais. Contamos com instrutores e consultores especialistas que possuem ampla experiência e reconhecimento no mercado. O diferencial da DLS Treinamentos é a qualidade e o compromisso de proporcionar o desenvolvimento profissional de forma atualizada e didática.

Nosso foco é a capacitação e excelência profissional, por isso, atuamos também na realização de eventos, congressos, exposições e feiras, além de realizar consultoria e assessoria técnica especializada em Contabilidade Pública e áreas afins.

Excelência – Compromisso – Inovação – Integridade – Ética

A empresa é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições Devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).

DADOS DO EVENTO

Tema: II Workshop Contábil

Formato: presencial em João Pessoa, Paraíba

Data e horário: 09 a 13 de junho de 2025 | das 08h30 às 17h30

Carga horária: 40 horas-aula

DADOS DO SOLICITANTE

Órgão: Senado Federal

Contato: Coordenação Administrativa e Financeira do ILB - COADFI | coadfi@senado.leg.br

OBJETO DO CONTRATO

A DLS Treinamentos fornecerá o treinamento denominado **II Workshop Contábil**, com aulas em formato presencial em João Pessoa/PB, ministrado por cinco diferentes profissionais especialistas acerca dos respectivos temas, na data provável de 09 a 13 de junho de 2025, com carga horária total de



40 horas-aula. Os participantes que atingirem a frequência mínima ao longo do curso receberão o certificado em formato digital via correio eletrônico.

DADOS DA EMPRESA

Nome: DLS Treinamentos

CNPJ: 29.300.259/0001-30

Razão Social: DLS Treinamentos Ltda

Inscrição Estadual: 0783796800135

Endereço: QNM 34 Parte A Sala 2604 – JK Shopping

Bairro/Região Administrativa: Taguatinga Norte

CEP: 72.145-450

Cidade: Brasília/DF

Telefones: (61) 99408-0088 (WhatsApp) / (83) 98128-2340

Endereços eletrônicos: contato@dlstreinamentos.com.br | secretaria.dlstreinamentos@gmail.com

Declarações, documentos e certidões legais: dlstreinamentos.com.br/documents

Dados Bancários

- Banco Cooperativo do Brasil S.A (756): Agência 4221 | Conta Corrente nº 8512-0
- Banco Bradesco S.A. (237): Agência 2024-9 | Conta Corrente nº 36207-7
- Banco de Brasília S. A. (070): Agência: 0204 | Conta: 204035591-4

Representante Legal

- Nome: Damiana Lacerda Soares
- CPF: 226.711.371-68
- RG: 665-250 SSP/DF
- Telefone: (61) 99961-2783
- Endereço eletrônico: contato@dlstreinamentos.com.br

FORMAS DE PAGAMENTO

O pagamento efetuar-se-á por intermédio de depósito em conta bancária da Contratada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, acompanhada da nota de empenho, se for o caso, condicionado ao termo detalhado de recebimento definitivo do objeto e à apresentação da garantia contratual, quando exigida.

SIMPLES NACIONAL

A empresa DLS Treinamentos LTDA ME, com sede na Quadra QNB 2 Lote 36 SN – Parte E, CEP 72.115-020, Taguatinga Norte, Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o nº 29.300.259/0001-30 declara, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.



Para fins de retenção de ISS, a alíquota efetiva enquadrada pela empresa é de **4,19%**, conforme anexo III da Lei Complementar 123/06.

VALOR DO INVESTIMENTO

O valor da inscrição individual é de R\$5.250,00 (cinco mil duzentos e cinquenta reais); para dois participantes do mesmo órgão (cada): R\$5.200,00 (cinco mil e duzentos reais); para três participantes do mesmo órgão (cada): R\$5.120,00 (cinco mil cento e vinte reais); para quatro ou mais participantes do mesmo órgão (cada): R\$4.960,00 (quatro mil novecentos e sessenta reais).

Portanto, o valor total para participação de três servidores é de R\$15.360,00 (quinze mil trezentos e sessenta reais, já debitado o referido desconto).

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Inscrição	II Workshop Contábil, em formato presencial em João Pessoa/PB, na data provável de 09 a 13 de junho de 2025, com carga horária total de 40 horas-aula	R\$5.120,00	R\$5.120,00
2	1	Inscrição		R\$5.120,00	R\$5.120,00
3	1	Inscrição		R\$5.120,00	R\$5.120,00
VALOR TOTAL					R\$15.360,00

No valor proposto, estão incluídos espaço físico climatizado e propício à plena realização confortável do treinamento, inclusive com equipe de informática para suporte técnico; lanche em formato *coffee break* nos turnos matutino (10h30) e vespertino (15h30, exceto no último dia); almoço; material de apoio (caneta, bloco de anotações e pasta ou mochila personalizados); Apostila Virtual entregue em dispositivo de memória (*Pendrive*); coordenação de equipe para suporte ao longo do evento; além de honorários e demais despesas referentes à contratação de corpo docente; todos os custos, impostos, seguros e taxas e quaisquer outros encargos, além de todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros, em sendo o caso, que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços. Não estão incluídas despesas privadas dos participantes, tais como: locomoção e passagens de quaisquer tipos; hospedagens; refeições, lanches e demais alimentos consumidos dentro ou fora do local do curso além do contratado (*coffee break* e almoço).

Prazo de entrega ou execução do objeto: 09 a 13 de junho de 2025

Prazo de garantia (se houver): não

Data da elaboração da proposta: 09 de abril de 2025

Prazo de validade da proposta: 09 de junho de 2025

Nome do responsável pela proposta: Damiana Lacerda Soares



Telefone do responsável pela proposta: (61) 99961-2783

E-mail do responsável pela proposta: contato@dlstreinamentos.com.br; secretaria.dlstreinamentos@gmail.com

Assinatura do responsável pela proposta (física ou digital): DAMIANA LACERDA
SOARES:22671137168

Assinado de forma digital por DAMIANA
LACERDA SOARES:22671137168
Dados: 2025.04.09 10:20:06 -03'00'

Responsabilidades do contratante: respectivos aparelhos eletrônicos, tais como computadores, tablets e outros; além de conexões à internet e outros sistemas e equipe para suporte técnico de informática.

PRAZO PARA CONFIRMAÇÃO

As inscrições dos participantes deverão ser confirmadas com, **no mínimo, 10 (dez) DIAS ÚTEIS de antecedência do início do evento** mediante depósito bancário, cheque, dinheiro, nota de empenho ou autorização/ordem de serviço, devidamente assinada e carimbada pelo ordenador de despesa, por meio do endereço eletrônico contato@dlstreinamentos.com.br | secretaria.dlstreinamentos@gmail.com.

INSCRIÇÕES

As inscrições deverão ser feitas diretamente no site: dlstreinamentos.com.br. No caso de haver um servidor responsável, designado pelo órgão para acompanhamento do processo, este deverá encaminhar, via correio eletrônico para contato@dlstreinamentos.com.br ou para secretaria.dlstreinamentos@gmail.com documento contendo as seguintes informações dos participantes: a) nome completo; b) número de telefone celular; c) e-mail de uso cotidiano.

Observação: a empresa solicita dos participantes os dados acima a fim de registrar corretamente a frequência e para emissão do certificado, caso o participante atinja 80% de presença obrigatória. O e-mail de uso recorrente será utilizado para envio de informações referentes ao curso e para futura divulgação de cursos promovidos pela empresa; já o número do telefone celular será utilizado para inclusão dos participantes no grupo do WhatsApp (o que facilita a comunicação entre participantes e instrutores) e, caso não queiram participar deste, para que o contato entre empresa e participante seja facilitado, haja vista que nem todos os participantes têm acesso instantâneo e irrestrito ao e-mail.

OBJETIVO

Reciclar, aperfeiçoar, aprofundar e gerar conhecimentos de natureza contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e em outros assuntos afins, típicos da Administração Pública, por meio da reunião de pessoas interessadas em tais assuntos para aperfeiçoar técnicas e conhecimentos por meio



da explicação de palestrantes, de atividades práticas e troca de experiências em um ambiente colaborativo e participativo.

PÚBLICO-ALVO

Servidores e funcionários públicos que atuam nas áreas de contabilidade, planejamento, orçamento, tesouraria, controle interno, execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial; também gestores públicos federais, estaduais e municipais inseridos na prática técnico-financeira dos recursos públicos, e ainda profissionais que desempenham atividades de acompanhamento e controle dos processos de execução orçamentárias e outros que trabalham com informações orçamentárias, contábeis e financeiras. Auditores internos das entidades da administração indireta e Auditores governamentais de controle externo e demais interessados, bem como secretários de governo, e entusiastas da contabilidade aplicada ao setor público.

Como requisito, é importante ter exercício profissional na área de contabilidade, orçamento, patrimônio, administração e finanças públicas em geral ou em áreas correlatas.

METODOLOGIA

Em cada dia da semana haverá uma oficina, com a explicação do/a respectivo/a palestrante e, posteriormente, resolução de atividades práticas, individuais e/ou em grupo. Dessa forma, o aprendizado se torna mais consistente, tendo em vista que os participantes o aplicarão sobre situações práticas do cotidiano de suas profissões no Serviço Público.

Os instrutores que ministrarão as oficinas são especialistas nos assuntos e compõem o corpo docente das empresas *DLS Treinamentos* e *Priori Treinamento e Aperfeiçoamento* há longa data, com comprovada experiência e didática.

MATERIAL DIDÁTICO

O material didático será disponibilizado em dispositivo eletrônico; os participantes que desejarem a apostila impressa deverão manifestar seu interesse na solicitação da proposta comercial.

CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

Para receber a certificação, o participante deverá ter frequência mínima obrigatória de **80% da carga horária total**, desprezada a parte fracionária.

O certificado será enviado digitalmente ao respectivo endereço eletrônico dos participantes que obtiverem a frequência mínima, em até 72 horas após o término do evento.



PROGRAMAÇÃO

O evento terá início às 08h30 e fim às 17h30. Durante as aulas, haverá intervalo de 15 a 20 minutos para coffee break (10h30 e 15h30). O intervalo para almoço será das 12h30 às 13h30.

DIA	OFICINA	PROFESSOR(A)
1º dia 09/06/2025	Contabilidade Orçamentária: registro dos atos e fatos da Despesa Pública	Prof. Paulo Henrique Feijó
2º dia 10/06/2025	Governança do orçamento público com base em gestão de riscos	Prof. Edilson Barboza
3º dia 11/06/2025	Demonstração dos Fluxos de Caixa e Balanço Financeiro	Prof. Leandro Menezes
4º dia 12/06/2025	Legislação Tributária	Prof. Marcos César Carneiro
5º dia 13/06/2025	Procedimentos Contábeis Orçamentários de acordo com o MCASP e exercícios práticos	Corpo docente DLS Treinamentos

DETALHAMENTO DO CONTEÚDO

1º DIA | 09/06/2025

CONTABILIDADE ORÇAMENTÁRIA: REGISTRO DOS ATOS E FATOS DA DESPESA PÚBLICA

Objetivo: apresentar aos participantes o conteúdo essencial ao entendimento dos aspectos basilares que norteiam o registros dos atos e fatos da despesa pública por meio de práticas de lançamentos contábeis com base na estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Ementa: 1) Despesa Orçamentária: Fixação, Créditos Adicionais e Alterações Orçamentárias. 2) Pré-Empenho, Empenho, Em Liquidação e Liquidação.

Instrutor: Paulo Henrique Feijó

Auditor de Finanças do Tesouro Nacional desde 1993, desenvolve atividades de administração e aperfeiçoamento das finanças públicas (gestão do caixa, programação e execução financeira, resultados fiscais e contabilidade do setor público). Foi Coordenador-Geral de Contabilidade da Secretaria de do Tesouro Nacional, sendo o contador responsável pelo Balanço Geral da União e pela emissão de Normas de Contabilidade para a Federação. É professor da disciplina de Administração Orçamentária e Financeira e Contabilidade Aplicada ao Setor Público e atua na capacitação de gestores públicos em todo o País. Membro da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon). Participa de missões internacionais a convite do Fundo Monetário Internacional nas áreas de finanças públicas e contabilidade aplicada ao Setor Público.

2º DIA | 10/06/2025

GOVERNANÇA DO ORÇAMENTO PÚBLICO COM BASE EM GESTÃO DE RISCOS

Objetivo: assegurar precisão, eficiência e transparência nas etapas do ciclo orçamentário, utilizando, para tanto, a gestão de riscos, de maneira prática e concisa.



Ementa: 1) Introdução ao Orçamento Público: Funções do orçamento público; Princípios orçamentários; Fundamentos do Plano Plurianual (PPA; Conteúdo do Plano Plurianual; Inventário de Programas. 2) Leis Orçamentárias: Fundamentos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Conteúdo do Projeto de Lei. 5) Fundamentos da Lei Orçamentária Anual (LOA): Classificação Orçamentárias da Receita; Classificação Orçamentária da Despesa. 6) Integração das Leis Orçamentárias. 3) Lei de Responsabilidade Fiscal. 8) Fundamentos da Lei Complementar 101/2000: Avaliação do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. 9) Gestão de Riscos no Orçamento: Fundamentos da Gestão de Riscos; Principais abordagens: COSO ERM, ISO 31.000. 10) Identificação, análise, classificação e mitigação de riscos. 11) Fases do Orçamento Público: Fase de Execução do Orçamento Público; Identificação de Riscos; Elaboração da Matriz de Riscos; Considerações Finais. 12) Mapa de Riscos da Governança do Orçamento Público.

Instrutor: Edilson Barboza

Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCE ES; Secretário de Estado; Auditor Geral do Estado; Diretor e Presidente de Autarquias Federal e Estadual; Subsecretário de Estado; Assessor Especial de Governos; Membro do Conselho Estadual de Controle Interno; Presidente e Membro de Conselhos de Administração em entidades públicas e privadas; Presidente e Membro de Comissão de Licitações; Gestor de Contratos; Bacharel e Mestre em Ciências Contábeis; Especialista em Administração Pública, Auditoria e Controladoria; *Risk Management Leader*; Instrutor de Escolas de Contas Públicas e empresas de treinamento/capacitação nas áreas de auditoria, controle interno, orçamento público (PPA, LDO e LOA), Tomada de Contas Especial, folha de pagamento e gestão de riscos; Controlador Interno; Professor de cursos de Pós-Graduação; Coordenador de Comissões Técnicas de Análise da Prestação de Contas do Poder Executivo; Coordenador de consultorias em empresas com atuação nas áreas pública e privada. Pesquisador e articulista.

3º DIA | 11/06/2025

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA E BALANÇO FINANCEIRO

Objetivo: o curso será abordado com enfoque para execução e fiscalização com a aplicação de casos práticos com grau de dificuldade suficiente para avaliar a assimilação do conteúdo e as habilidades desenvolvidas.

Ementa: 1) Normas Internacionais de Contabilidade; A DFC como Instrumento para Apresentação das Informações do Caixa e Equivalentes de Caixa; Estrutura. 2) Outros Ingressos e Outros Desembolsos (Operacional/Investimento/Financiamento). 3) Caixa e Equivalentes de Caixa. 4) Transações que refletem em mais de um Fluxo; Transações que parecem refletir em mais de um Fluxo. 5) Retenções de Tributos e Consignações; Transferências de Capital; Dação em Pagamento. 6) O Balanço Financeiro como Instrumento para Apresentação das Informações Orçamentárias e Financeiras; Estrutura. 7) Como elaborar o Balanço Financeiro.

Instrutor: Leandro Menezes Rodrigues



Contador e Mestre em Contabilidade pela UFPR. Auditor de Controle Externo no Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCEPR. Possui registro no CRC/PR e CNAI. Atua no Setor Público desde 2001 com experiência nas áreas de execução, controle interno e controle externo. Assessor Técnico do Instituto Rui Barbosa na Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF). Integrante de Grupos de Pesquisa em Governos GEPGL/UnB e LOGOS/UFPR. Professor do Curso de Pós-Graduação em CASP da FIPECAFI. Coautor e Coordenador de livros na área pública.

4º DIA | 12/06/2025

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Objetivo: apresentar e discutir os principais instrumentos da gestão orçamentária e financeira do Estado de forma prática. O aluno estará apto a compreender os conceitos e as relações entre Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA. Será capaz de ter uma visão geral do processo comum de elaboração do PPA para União, Estados e Municípios. Será possível praticar e discutir a elaboração de um PPA e a relação com a LOA para determinação de um gasto público que pode ser realizado.

Ementa: 1) Introdução à Legislação Tributária - visão geral: Introdução ao estudo da legislação tributária e tipos de tributos (federais, estaduais, municipais e do DF); Regimes de Tributação: Breve explicação sobre os regimes de tributação e tipos de pessoas jurídicas. 2) Retenções de Tributos na Administração Pública - IRPJ e Tributos Federais: Foco nas retenções de IRPJ, CSSL, Cofins e PIS/PASEP, conforme IN RFB 1.234/2012 e Decreto Federal 9.580/2018; Aspectos Essenciais: Fato gerador, base de cálculo, alíquotas, e exceções; Contribuição Previdenciária: Retenção sobre pagamentos a pessoas jurídicas e físicas, conforme IN RFB 2.110/2022. 3.) Retenção de Impostos sobre Serviços (ISSQN) - Legislação e Aplicação: Artigo 156 da Constituição Federal e Lei Complementar 116/2003; Casos Práticos: Retenção do ISSQN em diferentes cenários, incluindo empresas do Simples Nacional. 4) Novas Declarações Obrigatórias - SPED, e-Social, EFD-Reinf e DCTFWeb: Apresentação e objetivos de cada sistema; Foco em Benefícios e Obrigações: Como essas declarações impactam as empresas e a Administração Pública. 5) Reforma Tributária e Novas INs - EC nº 132/23 e PLP nº 68/24: Principais mudanças e introdução dos novos tributos IBS e CBS; Impactos Práticos: Alterações no IPI, IPTU e ITCMD. 6) Exercícios Práticos e Discussão - Aplicação dos Conceitos: Exercícios práticos para fixação dos conteúdos abordados; Discussão: Sessão de perguntas e respostas para esclarecer dúvida.

Instrutor: Marcos César Carneiro

Bacharel em Ciências Contábeis e Direito; Auditor Independente; Especialista em Legislação Tributária; Pós-graduado em Didática do Ensino Superior, Auditoria e Perícia, Direito Tributário e Finanças Públicas. Professor Universitário; Instrutor do CRC/DF, OAB/DF, Consultoria Empresarial, SEBRAE Nacional, SESI/SENAT, SENAI, CONFEA, ABOP. Conferencista de grandes instituições no Brasil, tendo realizado treinamentos em todo o Brasil e em especial no TCU, Conselho de Justiça Federal, ANVISA, TRF, Instituto dos Magistrados do Brasil, Secretaria de Fazenda do Estado do ACRE e Diretor Presidente da APTC – Auditoria Planejamento Tributário e Consultoria S/C.



5º DIA | 13/06/2025

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS DE ACORDO COM O MCASP E EXERCÍCIOS PRÁTICOS

Objetivo: apresentar os principais tópicos relacionados aos aspectos contábeis que envolvem o acompanhamento da execução orçamentária na Administração Pública. Ao fim do estudo, o aluno estará apto a compreender os conceitos e os procedimentos normativos que ancoram os ingressos e as saídas orçamentárias dos cofres públicos, a partir de exercícios práticos relativos ao registro contábil de exemplos variados.

Ementa: 1) Receita Orçamentária. 2) Conceito, classificações, estágios e peculiaridades contábeis. 3) Despesa Orçamentária. 4) Conceito, classificações e estágios. 5) Tópicos especiais: restos a pagar, despesas de exercícios anteriores e suprimento de fundos.

Instrutor: **Corpo docente DLS Treinamentos**

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

A CONTRATANTE compromete-se a não gravar as aulas, nem reproduzir e circular os materiais de uso exclusivo dos alunos matriculados no curso, considerando que não há transferência de direitos autorais por parte da CONTRATADA em relação ao conteúdo das aulas ministradas, em consonância com o disposto no art. 46, IV, da Lei no 9.610/98, sob pena de sujeição à ação judicial de caráter indenizatório, que poderá ser movida pelo/a instrutor/a e pela CONTRATADA.

A DLS Treinamentos reserva-se o direito de adiar e/ou cancelar o curso até 72h antes de seu início, caso não haja quórum.

Caso seja necessário, a DLS Treinamentos reversa-se o direito de substituir instrutores.

Todas as informações acerca do comparecimento às aulas (localização, frequência e acesso) serão encaminhadas via CORREIO ELETRÔNICO aos participantes na semana anterior ao evento.

VALIDADE DA PROPOSTA

Essa proposta tem validade até dia 09 de junho de 2025.

Brasília/DF

DAMIANA LACERDA
SOARES:22671137168

Assinado de forma digital por DAMIANA
LACERDA SOARES:22671137168
Dados: 2025.04.09 10:19:31 -03'00'

Responsável pela empresa



-DLS-
TREINAMENTOS

Sítio: DLS Treinamentos | **WhatsApp:** (61) 99408-0088

Redes Sociais: @dlstreinamentos | **Endereço eletrônico:** contato@dlstreinamentos.com.br



SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

PARECER Nº 295/2025-ADVOSF
Processo nº 00200.005021/2025-21

Contratação direta. Inexigibilidade de licitação. Artigo 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021. Treinamento externo. Participação de 3 (três) servidores no treinamento externo "II WORKSHOP CONTÁBIL". Análise jurídica. Pela aprovação, com recomendações.

1. DO RELATÓRIO FÁTICO

Trata-se de processo administrativo encaminhado a esta Advocacia para análise da regularidade jurídica da contratação direta da empresa DLS TREINAMENTOS LTDA., objetivando a participação de 3 (três) servidores no treinamento externo “II WORKSHOP CONTÁBIL”, no período de 9 a 13 de junho de 2025, na modalidade presencial, na cidade de João Pessoa/PB, ao custo total de **R\$ 15.360,00 (quinze mil trezentos e sessenta reais)**.

A pretensa contratação se dará na modalidade de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021¹.

¹Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
(...)

III-contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

Os servidores indicados para a participação no evento estão lotados na Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade (SAFIN), sendo eles:

- 1) Cecília Maria de Oliveira Guimarães – matrícula 256204;
- 2) Gustavo Dario Vinhal – matrícula 254888;
- 3) Leonardo dos Reis Guedes Ferreira – matrícula 266738;

Passo seguinte, foram juntados aos autos as seguintes documentações:

1. Documento de Formalização da Demanda – DFD, no qual consta a solicitação de treinamento externo, descrição do treinamento, justificativa do chefe imediato, demonstração por parte da unidade da notória especialização da empresa e profissionais, mapa de riscos da contratação, além da declaração e termo de compromisso dos participantes (doc. nº 00100.045586/2025-70);
2. Programação do evento (doc. nº 00100.045586/2025-70-1);
3. Descrição dos responsáveis pelas exposições no curso e currículos de 4 (quatro) profissionais que atuarão como instrutores: Paulo Henrique Feijó da Silva, Edilson Barboza, Leandro Menezes Rodrigues e Marcos Cesar Carneiro da Mota (docs. nº 00100.045586/2025-70, anexos 2 a 5);
4. Documentação da pretensa contratada (docs. nº 00100.045586/2025-70, anexos 6 a 14);
5. Formulário de Concessão de Diárias (docs. nº 00100.045753/2025-82, 00100.045750/2025-49-1 e 00100.045766/2025-51-1);
6. Formulário de Solicitação de Autorização de Viagem (docs. nº 00100.045740/2025-11, 00100.045750/2025-49 e 00100.045766/2025-51);





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

7. Despacho nº 821/2025 - SEDDEV/COAPES/SEGP (doc. nº 00100.051705/2025-23);
8. Parecer Técnico nº 490/2025 – SEGCAS (doc. nº 00100.053027/2025-33);
9. Ofício nº 137/2025 – SETREINA/COTREN/ILB (doc. nº 00100.059895/2025-27);
10. Despacho nº 137/2025 – COADFI/ILB (doc. nº 00100.065743/2025-63);
11. 4 (quatro) Atestados de Capacidade Técnica emitidos em favor da pretensa contratada (doc. nº 00100.065743/2025-63-1, p. 7-11);
12. Declaração de exclusividade e notório saber emitido pela pretensa contratada (doc. nº 00100.065743/2025-63-1, p.12 e 13);
13. 3 (três) Notas de Empenho emitidas no ano de 2024 (doc. nº 00100.065743/2025-63-2);
14. Pesquisa de preços no Portal Nacional de Contratações PÚblicas (doc. nº 00100.065743/2025-63-3);
15. Proposta comercial válida até 09/06/2025 (doc. nº 00100.065743/2025-63-4);
16. Termo de Referência (doc. nº 00100.065804/2025-92);
17. Ofício nº 191/2025 – COCVAP/SADCON (doc. nº 00100.067587/2025-75).

Por meio do Relatório Preliminar nº 025/2025–SEEXCO/COCDIR/SADCON (doc. nº 00100.071480/2025-21) foi relatado o histórico processual e encaminhados os autos a esta Advocacia para análise de regularidade, juntamente com os documentos de habilitação dispostos no doc. nº 00100.071480/2025-21, anexo 1.



SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

2. ANÁLISE

Inicialmente, a presente análise se restringe à juridicidade da contratação direta ora apresentada, não cabendo adentrar em critérios de mérito próprios da autoridade competente ou de unidades com atribuições específicas, assim entendidas aquelas atinentes ao preenchimento dos requisitos relativos a interesse, necessidade e conveniência administrativa em autorizar a participação dos servidores no pretendido evento de capacitação profissional.

Em regra, as contratações promovidas pela Administração Pública devem ser precedidas de licitação, procedimento que busca assegurar a igualdade de competição entre os concorrentes, a seleção da proposta mais vantajosa para o órgão licitante e o devido processo legal.

Contudo, há situações em que o legislador admite a celebração do pacto contratual independente de licitação anterior; são as hipóteses de dispensa e a inexigibilidade de licitação. A lei específica, de maneira exemplificativa, os casos de inexigibilidade, cujo traço distintivo comum reside na inviabilidade de competição, consoante o art. 74, veja-se:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: [...] f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
[...]
(grifos nossos)

Conforme estabelece o item 2.1 do TR (doc. nº 00100.065804/2025-92), a presente contratação enquadra-se no disposto no art. 74, III, "f", da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual é inviável a competição para contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização destinados ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

A demanda é justificada na necessidade de treinamento de pessoal, conforme disposto no item 4.1 do DFD, nos seguintes termos (doc. nº 00100.045586/2025-70):

"A necessidade do treinamento para a Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade - SAFIN decorre da necessidade de reciclar, aperfeiçoar e gerar conhecimentos de natureza contábil, orçamentária, financeira e patrimonial. Assim, os servidores que atuam na área de Finanças e Contabilidade devem estar atualizados e preparados para fazer face a inúmeras inovações e mudanças nos procedimentos de natureza contábil. Desse modo, abordar as novidades no assunto, assim como entendimentos dos órgãos de edição de normas e controle sobre o tema, contribuirá sobremaneira para capacitar os servidores indicados, bem como disseminar o conteúdo apreendido com os demais colaboradores da Secretaria."





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

Em relação à notória especialização, o órgão demandante teceu considerações no item 5.2 do DFD (doc. nº 00100.045586/2025-70) e no item 1.2.3 do TR (doc. nº 00100.065804/2025-92).

Desse modo, à luz das justificativas apresentadas, não se identifica óbice jurídico ao prosseguimento da contratação no formato proposto.

Além disso, há de se analisar o atendimento aos demais requisitos legais previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente em seu art. 72, que assim determina:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Quanto à previsão contida no **inciso I**, constam dos autos os documentos relativos à formalização da demanda (doc. nº 00100.045586/2025-70), bem como o TR (doc. nº 00100.065804/2025-92). A avaliação dos riscos que possivelmente decorreriam da não contratação consta no item 6 do DFD (doc. nº 00100.045586/2025-70).

Como se informa no Relatório Preliminar nº 025/2025-SEEXCO/COCDIR/SADCON (doc. nº 00100.071480/2025-21), por se tratar de ação de capacitação externa aberta ao público, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar é dispensada, nos termos do § 6º do art. 3º, do Anexo II, do ADG nº 14/2022.

A estimativa da despesa, **inciso II**, foi registrada no Anexo II do TR (doc. nº 00100.065804/2025-92) e corresponde ao valor da proposta apresentada pela empresa (doc. nº 00100.065743/2025-63-4). Quanto a este ponto, observa-se que o art. 72, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 exige que a elaboração de tal estimativa atenda ao disposto no art. 23 daquela norma, que determina, no que importa:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

(...)

*§ 4º Nas **contratações diretas por inexigibilidade** ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o **contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em***





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

(...)

[grifos nossos]

Complementarmente, há de se atentar para o disposto no ADG nº 14/2022, cujo art. 14 assim dispõe:

Art. 14. O valor estimado das contratações de bens e serviços deverá ser calculado a partir de cesta aceitável de preços que reflita os valores de mercado, obtida por meio de pesquisa de preços.

§ 5º O valor estimado das contratações de bens e serviços por meio de inexigibilidade de licitação será igual ao preço total da proposta comercial encaminhada pela pretendente contratada ao Senado Federal, o qual deverá ser justificado na forma do §6º deste artigo.

§ 6º A justificativa do preço em contratações de bens e serviços por meio de inexigibilidade de licitação deverá ser realizada, cumulativamente, para cada item a ser contratado:

I - por meio da comprovação da razoabilidade de preços, a qual deverá ser verificada em pesquisa de preços baseada em cesta aceitável de preços, conforme procedimentos descritos no Anexo VI deste Ato, para objetos similares, desde que o Órgão Técnico ateste a similaridade de cada item pesquisado;

II - por meio da comprovação da regularidade de preços feita a partir da anexação de, no mínimo, 3 (três) documentos idôneos em nome da própria proponente, referentes ao mesmo objeto e emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data de envio, que demonstrem que o preço oferecido ao Senado Federal é igual ou inferior àquele cobrado de outras entidades, públicas ou





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

privadas. (Redação dada pelo Ato da Diretoria-Geral nº25/2022)

...

§ 8º Caso a futura contratada não tenha anteriormente comercializado o mesmo objeto e fique evidenciada a impossibilidade de observância do inciso II do § 6º deste artigo, a regularidade dos preços poderá ser realizada por meio da apresentação de documentos idôneos que comprovem a execução ou o fornecimento, por parte da própria proponente, de objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido, o que deverá ser aferido pelo Órgão Técnico. (Incluído pelo Ato da Diretoria-Geral nº25/2022).

§ 9º Na impossibilidade de se justificar a regularidade de preços nas formas descritas no inciso II do § 6º ou no § 8º, ambos deste artigo, a pretendida contratada deverá justificar a inviabilidade de envio da documentação requerida para comprovação da regularidade de preços, cuja pertinência deverá ser analisada pelo Órgão Técnico. (Incluído pelo Ato da Diretoria-Geral nº25/2022).

[grifos nossos]

Foram enviadas três notas de empenho, todas vinculadas à primeira edição do curso em questão, emitidas no ano de 2024 (doc. nº 00100.065743/2025-63-2, p. 8 a 13). Complementarmente, foi realizada uma pesquisa no Portal Nacional de Contratações Públicas, por meio da qual se constatou a existência de três contratações de cursos com características similares, promovidos por empresas distintas e executados nos exercícios de 2024 e 2025 (doc. nº 00100.065743/2025-63-3).





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

Nesse contexto, a COADFI/ILB manifestou-se favoravelmente quanto à adequação do valor cobrado, fundamentando sua posição nos elementos constantes dos autos (doc. nº 00100.065743/2025-63). Em seguida, a COCVAP ratificou os procedimentos adotados, considerando-os em conformidade com o disposto no art. 14, § 6º, inciso I, e § 8º do ADG nº 14/2022 (doc. nº 00100.067587/2025-75).

Nesses termos, opina-se pela regular observância ao previsto no art. 72, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, restando, contudo, pendente a manifestação da autoridade competente quanto ao atendimento do requisito estabelecido no **inciso VII** do referido artigo, que trata da devida justificativa do preço.

Quanto ao disposto no **inciso III** do mencionado art. 72, consta dos autos Parecer Técnico nº 490/2025–SEGCAS (doc. nº 00100.053027/2025-33) e o Ofício nº 137/2025-SETREINA/COTREN/ILB (doc. nº 00100.059895/2025-27). A presente manifestação, por sua vez, atenderá à exigência relativa ao parecer jurídico.

A demonstração da compatibilidade orçamentária deverá ser feita pela SAFIN (art. 23 do ADG nº 14/2022) para que o **inciso IV** seja atendido. Cabe providenciar também a autorização da despesa pela Diretora-Geral, em atenção ao disposto no art. 9º, inciso III, da PCSF.

O atendimento do **inciso V** é evidenciado pelas certidões de regularidade de praxe (doc. nº 00100.071480/2025-21-1). Recomenda-se, contudo, a renovação de quaisquer certidões cuja validade possa estar expirada no momento da formalização da prorrogação da avença.

Quanto ao disposto no **inciso VI**, o item 1.2 do TR buscou justificar a escolha da futura contratada. Caberá à autoridade competente avaliar as justificativas e aceitá-las ou não.





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

Processo: **00200.005021/2025-21**

TERMO DE REFERÊNCIA 29/2025 – COADFI/ILB

1. Objeto da contratação

1.1. Definição do objeto

1.1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a solicitação para inscrição de 03 (três) servidores (abaixo) da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade (SAFIN) no treinamento externo “*II WORKSHOP CONTÁBIL*”, promovido pela empresa DLS Treinamentos Ltda., no período de 09 a 13 de junho de 2025, na modalidade presencial, na cidade de João Pessoa/PB, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

- 1) Cecilia Maria de Oliveira Guimarães - matrícula 256204;
- 2) Leonardo dos Reis Guedes Ferreira - matrícula 266738;
- 3) Gustavo Dário Vinhal - matrícula 254888.

1.2. Justificativa para a contratação

1.2.1. Descrição da situação atual:

1.2.1.1. A necessidade do treinamento para a Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade - SAFIN decorre da necessidade de reciclar, aperfeiçoar e gerar conhecimentos de natureza contábil, orçamentária, financeira e patrimonial. Assim, os servidores que atuam na área de Finanças e Contabilidade devem estar atualizados e preparados para fazer face a inúmeras inovações e mudanças nos procedimentos de natureza contábil. Desse modo, abordar as novidades no assunto, assim como entendimentos dos órgãos de edição de normas e controle sobre o tema, contribuirá sobremaneira para capacitar os servidores indicados, bem como disseminar o conteúdo apreendido com os demais colaboradores da Secretaria.

1.2.2. Justificativa para a quantidade a ser contratada:

1.2.2.1. O treinamento é solicitado para os 3 (três) servidores efetivos da SAFIN que ocupam posição de chefia, tendo em vista que poderão treinar as equipes e disseminar o novo conhecimento, sendo altamente recomendável a sua participação.

1.2.3. Justificativa para a escolha do fornecedor:

1.2.3.1. Conforme documentos que seguem anexos ao presente processo, a empresa DLS Treinamentos conta com especialistas que possuem vasta experiência e reconhecimento no mercado.





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

O foco é o treinamento e a excelência profissional, e atuam também na realização de eventos, congressos, exposições e feiras. O diferencial da DLS Treinamentos é a qualidade e o compromisso de proporcionar o desenvolvimento profissional de forma atualizada e didática, além de realizar consultoria e assessoria técnica especializada em Contabilidade Pública e áreas afins.

Experiência e Publicações: A empresa possui treinamentos pautados pela excelência profissional, atendendo o gestor público federal, estadual ou municipal, bem como profissionais de diversas áreas que desejam conhecer de forma atualizada e didática os assuntos inerentes às suas competências profissionais. (vide link: <https://dlstreinamentos.com.br/sobre-nos/>).

Ademais, a empresa DLS conta com instrutores renomados, e com experiência e qualificação em suas áreas de especialidades, conforme currículos dos instrutores que irão ministrar o curso aqui pleiteado (NUP 00100.045586/2025-70-2 (ANEXO: 002); NUP 00100.045586/2025-70-3 (ANEXO: 003); NUP 00100.045586/2025-70-4 (ANEXO: 004) e NUP 00100.045586/2025-70-5 (ANEXO: 005)). A título de exemplo, o professor Paulo Henrique Feijó é Auditor de Finanças do Tesouro Nacional desde 1993, foi Coordenador-Geral de Contabilidade da Secretaria de do Tesouro Nacional, é professor da disciplina de administração orçamentária e financeira e contabilidade aplicada ao setor público e atua na capacitação de gestores públicos em todo o país, é membro da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (ABRACICON), participa de missões internacionais a convite do Fundo Monetário Internacional nas áreas de finanças públicas e contabilidade aplicada ao setor público, de forma a agregar aos conhecimentos dos outros professores.

Os demais instrutores são em sua maioria Auditores de renomados órgãos públicos e todos sem exceção possuem extensas contribuições profissionais na seara da contabilidade pública.

1.2.4. Resultados esperados com a contratação:

1.2.4.1. Conforme previsão no Ato da Presidência do Senado Federal nº 22/2022, que estabelece o Regulamento Orgânico Administrativo do Senado Federal, cabe à Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade planejar, organizar, dirigir, executar e controlar as atividades inerentes à gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Senado Federal nos aspectos contábeis, de informações gerenciais e de análise de custos, observadas as normas e os procedimentos pertinentes; assessorar a Diretoria-Geral na elaboração do Plano Plurianual, da Proposta Orçamentária Anual e na solicitação de alterações orçamentárias; coordenar a elaboração da proposta orçamentária anual e os pedidos de alterações orçamentárias; acompanhar os atos normativos referentes aos sistemas federais de planejamento, orçamento, finanças e contabilidade, bem como informar e orientar as unidades gestoras quanto ao cumprimento das normas estabelecidas; gerenciar e assegurar a atualização das bases de informação e sistemas relativos à sua área de competência; elaborar estudos técnicos, inclusive sobre dados estatísticos relativos aos trabalhos da Secretaria; acompanhar e controlar o recebimento e atendimento de solicitações dos órgãos de controle interno e externo; coordenar a elaboração do Relatório de Gestão do Senado Federal, quanto às informações em matéria orçamentária e financeira; e executar outras atribuições correlatas.





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

1.2.4.2. Ao final do treinamento, os participantes deverão ser capazes de apresentar e discutir os principais tópicos de natureza contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e em outros assuntos afins, típicos da Administração Pública.

1.2.5. Contratações vigentes ou anteriores: Encontramos uma contratação anterior encerrada em 2024 do mesmo objeto (edição anterior realizada no ano de 2024) junto a DLS Treinamentos LTDA., como consta no Portal de Transparência do Senado Federal e abaixo descrita:

a) Nota de Empenho 2169/2024 (Contratação Direta): CONTRATAÇÃO DA EMPRESA DLS TREINAMENTOS, PARA TREINAMENTO EXTERNO “I WORKSHOP CONTÁBIL” NO PERÍODO DE 10 A 14 DE JUNHO DE 2024, NA MODALIDADE PRESENCIAL, NA CIDADE DE JOÃO PESSOA/PB. Senado Federal (Processo 002000076512024).

Vigência: 07/06/2024.

2. Forma de contratação

2.1. Tipo de contratação

2.1.1. A contratação deverá ser realizada por contratação direta, conforme disposto no art. 74º, III, f da Lei nº 14.133/21.

2.2. Modalidade de licitação

2.2.1. Será adotada a modalidade Inexigibilidade de Licitação, com base no art. 74º, III, f da Lei nº 14.133/21.

2.3. Adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP

2.3.1. Considerando a singularidade e imprevisibilidade do presente objeto, não será utilizado o Sistema de Registro de Preços na presente contratação.

2.4. Critério de julgamento da contratação

2.4.1. Não se aplica.

2.5. Critério de adjudicação da contratação

2.5.1. Não se aplica.

2.6. Participação ou não de consórcios de empresas

2.6.1. Não se aplica.





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

2.7. Previsão de subcontratação parcial do objeto

2.7.1. Não será permitida subcontratação.

2.8. Tratamento diferenciado a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP

2.8.1. Não será aplicável o tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

3. Requisitos do fornecedor

3.1. Necessidade de vistoria

3.1.1. Não se aplica.

3.2. Capacidade Técnica

3.2.1. Não será exigida a comprovação de registro ou inscrição na entidade profissional competente, uma vez que o objeto do presente Termo de Referência não contempla a execução de atividades cujo exercício é exclusivo de determinada profissão, por força legal.

3.2.2. Não será obrigatória a apresentação de atestado de capacidade técnica pela pretendida contratada, porquanto o objeto da presente contratação não apresenta complexidade nem graus mais elevados de aperfeiçoamento que requeiram a comprovação de qualificação técnica.

3.2.3. Não há requisitos estabelecidos em lei especial que regulem a prestação do objeto e exijam a comprovação de capacidade específica por parte da pretendida contratada.

3.3. Qualificação econômico-financeira

3.3.1. Não será exigida qualificação econômico-financeira nos termos do art. 70 da Lei 14.133/2021.

3.4. Necessidade de apresentação de amostras

3.4.1. O procedimento de apresentação de amostras por parte da pretendida contratada não se aplica ao objeto desta contratação.

4. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação

4.1. Formalização do ajuste

4.1.1. Nota de empenho em substituição ao termo de contrato conforme inciso I do parágrafo único do art. 9º, do Anexo III, do ADG nº 14/2022 (OFÍCIO CIRCULAR Nº 1/2024/DIRECON, NUP: 00100.045727/2024-73), acompanhada do respectivo de Termo de Referência;





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

4.2. Prazo de vigência e possibilidade de prorrogação do contrato ou ajuste

4.2.1. O ajuste decorrente deste termo de referência terá vigência até a execução plena do objeto.

5. Modelo de gestão

5.1. Indicação dos gestores e fiscais do futuro ajuste

5.1.1. Gestor Titular - Marcelo Brandão de Araújo (Mat. 38330);

5.1.2. Gestor Substituto - Aníbal Moreira Júnior (Mat. 106255);

5.1.3. Fiscal técnico Titular – Cecilia Maria de Oliveira Guimarães (Mat. 256204);

5.1.4. Fiscal técnico Substituto – Gustavo Dário Vinhal (Mat. 254888).

5.2. Forma de comunicação entre as partes

5.2.1. A comunicação entre o SENADO e a empresa contratada se dará por meio do e-mail scco@senado.leg.br ou por meio de correspondência para endereço: Bloco IV, Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF, Senado Federal.

5.2.2. O contato junto a empresa DLS Treinamentos Ltda., será mantido com o Sra. Damiana Lacerda Soares, por meio do telefone (61) 99961-2783, por e-mail contato@dlstreinamentos.com.br e secretaria.dlstreinamentos@gmail.com, ou pelo endereço NM 34 Parte A Sala 2604 – JK Shopping, Brasília/DF – CEP: 72.145-450.

6. Prazo para início da execução ou entrega do objeto

6.1. A contratada executará os serviços objeto deste termo de referência, compreendendo o treinamento em questão, no período de 09 a 13 de junho do ano de 2025.

7. Obrigações da Contratada

7.1. São obrigações da Contratada:

7.1.1. manter durante a execução do ajuste, as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação, inclusive as relacionadas ao § 3º, do art. 74, da Lei nº 14.133/2021 com respeito à própria empresa e ao (s) notório (s) especialista (s) envolvido (s) pessoalmente na execução do serviço;





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

- 7.1.2.** apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- 7.1.4.** efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste serviço;
- 7.1.5.** efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste serviço;
- 7.1.6.** responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução do instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência;
- 7.1.7.** não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente Termo de Referência, salvo com autorização específica do SENADO;
- 7.1.8.** não ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste a terceiros;
- 7.2.** Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela Contratada e a ela vinculados.
- 7.3.** Aplicam-se ao instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

8. Regime de execução

- 8.1.** Os serviços objeto deste Termo de Referência deverá ser prestados na modalidade presencial;
- 8.2.** Conforme proposta (NUP 00100.065743/2025-63-4 (ANEXO: 004)), o treinamento com carga horária de 40 horas, será realizado no período de 09 a 13 de junho do ano de 2025, na cidade de João Pessoa/PB, no horário das 08h30 às 17h30, com carga horária total de 40 horas-aula.
- 8.3.** As modificações de data, local e demais condições e regras de execução do serviço deverão ser apresentadas na forma de nova proposta e comunicadas ao Senado Federal dentro do prazo máximo de 7 (sete) dias anteriores à realização do curso.

9. Condições de recebimento do objeto

9.1. Efetivada a prestação do serviço, o objeto será recebido:

- 9.1.1.** provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; e





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

9.1.2. definitivamente, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data do encerramento da ação de treinamento, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

10. Previsão de penalidade por descumprimento contratual

10.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

10.1.1. 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

10.1.2. 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

10.1.3. 0,25% (vinte e cinco centésimos porcentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

11. Forma de pagamento

11.1. O pagamento efetuar-se-á por intermédio de depósito em conta bancária da Contratada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, acompanhada da nota de empenho, se for o caso, condicionado ao termo detalhado de recebimento definitivo do objeto e à apresentação da garantia contratual, quando exigida.

12. Condições de reajuste

12.1. Caso o pagamento não ocorra nos primeiros 12 (doze) meses do ajuste por motivo atribuível ao SENADO, o preço poderá ser reajustado, observada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC ou por outro indicador que venha a substituí-lo.

13. Garantia contratual

13.1. Não será exigida a garantia contratual prevista no art. 96 da Lei 14.133/2021 para a presente contratação, pois consoante previsto no inciso I do § 2º do art. 18, Anexo III, do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022, o valor estimado da contratação se encontra abaixo do valor limite para dispensa de licitação, não sendo razoável, portanto, a exigência de garantia.





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

14. Plano de contratações

14.1. Não se aplica.

15. Responsável pela elaboração do TR

Brasília, 14 de abril de 2025.

(Assinado eletronicamente)

Rafael Chad Lourenço Silva

Chefe de Serviço de Planejamento e Acompanhamento Financeiro – SEPLAF

De acordo.

(Assinado eletronicamente)

Mateus Gontijo de Sant'anna

Coordenador Administrativo e Financeiro do ILB – COADFI

De acordo.

(Assinado eletronicamente)

Marcelo Brandão de Araújo

Chefe do Serviço de Contratos e Convênios – SCCO

De acordo.

(Assinado eletronicamente)

Amanda Rodrigues de Albuquerque

Diretora-Executiva do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB – *em exercício*





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

ANEXO I

1. Especificações técnicas do objeto

1.1. Os itens deverão atender aos seguintes requisitos:

Item	Quantidade	Unidade de medida	Especificações	CATMAT / CATSER
1	01 (um)	Curso	Inscrição de 03 (três) servidores da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade (SAFIN) no treinamento externo “II WORKSHOP CONTÁBIL”, promovido pela empresa DLS Treinamentos Ltda., no período de 09 a 13 de junho de 2025, na modalidade presencial, na cidade de João Pessoa/PB.	17663 (Curso Aperfeiçoamento/Especialização Profissional)

2. CONTEÚDO PROGRAMATICO

PROGRAMAÇÃO

O evento terá início às 08h30 e fim às 17h30. Durante as aulas, haverá intervalo de 15 a 20 minutos para *coffee break* (10h30 e 15h30). O intervalo para almoço será das 12h30 às 13h30.

DIA	OFICINA	PROFESSOR(A)
1º dia 09/06/2025	Contabilidade Orçamentária: registro dos atos e fatos da Despesa Pública	Prof. Paulo Henrique Feijó
2º dia 10/06/2025	Governança do orçamento público com base em gestão de riscos	Prof. Edilson Barboza
3º dia 11/06/2025	Demonstração dos Fluxos de Caixa e Balanço Financeiro	Prof. Leandro Menezes
4º dia 12/06/2025	Legislação Tributária	Prof. Marcos César Carneiro
5º dia 13/06/2025	Procedimentos Contábeis Orçamentários de acordo com o MCASP e exercícios práticos	Corpo docente DLS Treinamentos

DETALHAMENTO DO CONTEÚDO

1º DIA | 09/06/2025

CONTABILIDADE ORÇAMENTÁRIA: REGISTRO DOS ATOS E FATOS DA DESPESA PÚBLICA

Objetivo: apresentar aos participantes o conteúdo essencial ao entendimento dos aspectos basilares que norteiam o registros dos atos e fatos da despesa pública por meio de práticas de lançamentos contábeis com base na estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Ementa: 1) Despesa Orçamentária: Fixação, Créditos Adicionais e Alterações Orçamentárias. 2) Pré-Empenho, Empenho, Em Liquidação e Liquidação.

Instrutor: Paulo Henrique Feijó

Auditor de Finanças do Tesouro Nacional desde 1993, desenvolve atividades de administração e aperfeiçoamento das finanças públicas (gestão do caixa, programação e execução financeira, resultados fiscais e contabilidade do setor público). Foi Coordenador-Geral de Contabilidade da Secretaria de do Tesouro Nacional, sendo o contador responsável pelo Balanço Geral da União e pela emissão de Normas de Contabilidade para a Federação. É professor da disciplina de



II WORKSHOP CONTÁBIL

09 a 13 de junho de 2025 | João Pessoa, PB

Realização

DLS TREINAMENTOS
PRIORI TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO



REALIZAÇÃO

DLS TREINAMENTOS

A DLS Treinamentos tem como objetivo atender com excelência, compromisso e inovação os diversos trabalhadores que compõem a Administração Pública, nos âmbitos federal, estadual e municipal, sempre voltada ao constante desenvolvimento e aperfeiçoamento desses profissionais. Contamos com instrutores e consultores especialistas que possuem ampla experiência e reconhecimento no mercado. O diferencial da DLS Treinamentos é a qualidade e o compromisso de proporcionar o desenvolvimento profissional de forma atualizada e didática.

Nosso foco é a capacitação e excelência profissional, por isso, atuamos também na realização de eventos, congressos, exposições e feiras, além de realizar consultoria e assessoria técnica especializada em Contabilidade Pública e áreas afins.

A empresa é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições Devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).

Telefones: (61) 99408-0088 (WhatsApp) / (83) 98128-2340 | **E-mail:** contato@dlstreinamentos.com.br

Instagram, Facebook e LinkedIn: @dlstreinamentos | **Sítio:** <https://dlstreinamentos.com.br/>

-

PRIORI TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO

A Priori Treinamento e Aperfeiçoamento é uma empresa especializada em cursos e atua com a oferta de treinamentos para organizações públicas e privadas, tendo a capacitação como principal foco. Atualmente, a Priori é uma das referências em capacitação de servidores públicos em âmbito nacional agindo e tendo como valores a seriedade, idoneidade, competência e dedicação, com o claro foco no alcance do objetivo de agregar maior conhecimento para os servidores públicos e colaboradores. Ademais, o corpo docente é composto por renomados profissionais, com notória e extensa experiência.

O compromisso da Priori é totalmente voltado para a ética, seriedade e excelência técnica dos serviços prestados, otimizando-se custos e consolidando o aprendizado de modo que os servidores obtenham qualificação condizente com as necessidades do órgão em que atuam, afinal, essas necessidades estão em constantes transformações.

Telefones: (61) 3036-3602 (WhatsApp) / (61) 3036-3602 | **E-mail:** contato@prioritreinamento.com.br

Instagram, Facebook e LinkedIn: @prioritreinamento | **Sítio:** <https://www.prioritreinamento.com.br/>

VALOR DO INVESTIMENTO

1º LOTE - ATÉ DIA 30 DE MARÇO DE 2025

O valor da inscrição individual é de **R\$4.980,00 (quatro mil novecentos e oitenta reais).**

- **Dois participantes do mesmo órgão (cada):** R\$4.900,00 (quatro mil e novecentos reais).
- **Três participantes do mesmo órgão (cada):** R\$4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).
- **Quatro ou mais participantes do mesmo órgão (cada):** R\$4.700,00 (quatro mil e setecentos reais).

2º LOTE - A PARTIR DO DIA 31 DE MARÇO DE 2025

O valor da inscrição individual é de **R\$5.250,00 (cinco mil duzentos e cinquenta reais).**

- **Dois participantes do mesmo órgão (cada):** R\$5.200,00 (cinco mil e duzentos reais).
- **Três participantes do mesmo órgão (cada):** R\$5.120,00 (cinco mil cento e vinte reais).
- **Quatro ou mais participantes do mesmo órgão (cada):** R\$4.960,00 (quatro mil novecentos e sessenta reais).

***Observação:** o desconto acima é válido para inscrições no mesmo curso e vinculadas à mesma fonte pagadora.

***O que este curso inclui:** Mochila ou Pasta Executiva; Apostila Virtual entregue em dispositivo de memória (Pendrive); Material de apoio composto por caneta e bloco de anotações; Coffee Break; Almoço; Certificado de Conclusão de Curso de 40 horas-aula (aos participantes que atingirem a frequência mínima).

No valor proposto, estão incluídos espaço físico climatizado e propício à plena realização confortável do treinamento, inclusive com equipe de informática para suporte técnico; lanche em formato coffee break nos turnos matutino (10h30) e vespertino (15h30); almoço; material de apoio (caneta, bloco de anotações e pasta ou mochila personalizados); Apostila Virtual entregue em dispositivo de memória (Pendrive); coordenação de equipe para suporte ao longo do evento; além de honorários e demais despesas referentes à contratação de corpo docente; todos os custos, impostos, seguros e taxas e quaisquer outros encargos, além de todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros, em sendo o caso, que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços. Não estão incluídas despesas privadas dos participantes, tais como: diárias, locomoção e passagens de quaisquer tipos; hospedagens; refeições, lanches e demais alimentos consumidos dentro ou fora do local do curso além do contratado (coffee break e almoço).

Recomendações aos participantes: levar seus respectivos aparelhos eletrônicos, tais como computadores, tablets e outros.

OBJETIVO

Reciclar, aperfeiçoar, aprofundar e gerar conhecimentos de natureza contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e em outros assuntos afins, típicos da Administração Pública, por meio da reunião de pessoas interessadas em tais assuntos para aperfeiçoar técnicas e conhecimentos por meio da explicação de palestrantes, de atividades práticas e troca de experiências em um ambiente colaborativo e participativo.

PÚBLICO-ALVO

Servidores e funcionários públicos que atuam nas áreas de contabilidade, planejamento, orçamento, tesouraria, controle interno, execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial; também gestores públicos federais, estaduais e municipais inseridos na prática técnico-financeira dos recursos públicos, e ainda profissionais que desempenham atividades de acompanhamento e controle dos processos de execução orçamentárias e outros que trabalham com informações orçamentárias, contábeis e financeiras. Auditores internos das entidades da administração indireta e Auditores governamentais de controle externo e demais interessados, bem como secretários de governo, e entusiastas da contabilidade aplicada ao setor público.

Como requisito, é importante ter exercício profissional na área de contabilidade, orçamento, patrimônio, administração e finanças públicas em geral ou em áreas correlatas.

METODOLOGIA

Em cada dia da semana haverá uma oficina, com a explicação do/a respectivo/a palestrante e, posteriormente, resolução de atividades práticas, individuais e/ou em grupo. Dessa forma, o aprendizado se torna mais consistente, tendo em vista que os participantes o aplicarão sobre situações práticas do cotidiano de suas profissões no Serviço Público.

Os instrutores que ministrarão as oficinas são especialistas nos assuntos e compõem o corpo docente das empresas *DLS Treinamentos* e *Priori Treinamento e Aperfeiçoamento* há longa data, com comprovada experiência e didática.

MATERIAL DIDÁTICO

O material didático será disponibilizado em dispositivo eletrônico; os participantes que desejarem a apostila impressa deverão manifestar seu interesse na solicitação da proposta comercial.

CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

Para receber a certificação, o participante deverá ter frequência mínima obrigatória de **80% da carga horária total**, desprezada a parte fracionária. O certificado será enviado digitalmente ao respectivo

endereço eletrônico dos participantes que obtiverem a frequência mínima, em até 72 horas após o término do evento.

PROGRAMAÇÃO

O evento terá início às 08h30 e fim às 17h30. Durante as aulas, haverá intervalo de 15 a 20 minutos para coffee break (10h30 e 15h30). O intervalo para almoço será das 12h30 às 13h30.

DIA	OFICINA	PROFESSOR(A)
1º dia 09/06/2025	Contabilidade Orçamentária: registro dos atos e fatos da Despesa Pública	Prof. Paulo Henrique Feijó
2º dia 10/06/2025	Governança do orçamento público com base em gestão de riscos	Prof. Edilson Barboza
3º dia 11/06/2025	Demonstração dos Fluxos de Caixa e Balanço Financeiro	Prof. Leandro Menezes
4º dia 12/06/2025	Legislação Tributária	Prof. Marcos César Carneiro
5º dia 13/06/2025	Procedimentos Contábeis Orçamentários de acordo com o MCASP e exercícios práticos	Corpo docente DLS Treinamentos

DETALHAMENTO DO CONTEÚDO

1º DIA | 09/06/2025

CONTABILIDADE ORÇAMENTÁRIA: REGISTRO DOS ATOS E FATOS DA DESPESA PÚBLICA

Objetivo: apresentar aos participantes o conteúdo essencial ao entendimento dos aspectos basilares que norteiam o registros dos atos e fatos da despesa pública por meio de práticas de lançamentos contábeis com base na estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Ementa: 1) Despesa Orçamentária: Fixação, Créditos Adicionais e Alterações Orçamentárias. 2) Pré-Empenho, Empenho, Em Liquidação e Liquidação.

Instrutor: Paulo Henrique Feijó

Auditor de Finanças do Tesouro Nacional desde 1993, desenvolve atividades de administração e aperfeiçoamento das finanças públicas (gestão do caixa, programação e execução financeira, resultados fiscais e contabilidade do setor público). Foi Coordenador-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional, sendo o contador responsável pelo Balanço Geral da União e pela emissão de Normas de Contabilidade para a Federação. É professor da disciplina de Administração Orçamentária e Financeira e Contabilidade Aplicada ao Setor Público e atua na capacitação de gestores públicos em todo o País. Membro da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon). Participa de missões internacionais a convite do Fundo Monetário Internacional nas áreas de finanças públicas e contabilidade aplicada ao Setor Público.

2º DIA | 10/06/2025**GOVERNANÇA DO ORÇAMENTO PÚBLICO COM BASE EM GESTÃO DE RISCOS**

Objetivo: assegurar precisão, eficiência e transparência nas etapas do ciclo orçamentário, utilizando, para tanto, a gestão de riscos, de maneira prática e concisa.

Ementa: 1) Introdução ao Orçamento Público: Funções do orçamento público; Princípios orçamentários; Fundamentos do Plano Plurianual (PPA; Conteúdo do Plano Plurianual; Inventário de Programas. 2) Leis Orçamentárias: Fundamentos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Conteúdo do Projeto de Lei. 5) Fundamentos da Lei Orçamentária Anual (LOA): Classificação Orçamentárias da Receita; Classificação Orçamentária da Despesa. 6) Integração das Leis Orçamentárias. 3) Lei de Responsabilidade Fiscal. 8) Fundamentos da Lei Complementar 101/2000: Avaliação do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. 9) Gestão de Riscos no Orçamento: Fundamentos da Gestão de Riscos; Principais abordagens: COSO ERM, ISO 31.000. 10) Identificação, análise, classificação e mitigação de riscos. 11) Fases do Orçamento Público: Fase de Execução do Orçamento Público; Identificação de Riscos; Elaboração da Matriz de Riscos; Considerações Finais. 12) Mapa de Riscos da Governança do Orçamento Público.

Instrutor: Edilson Barboza

Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCE ES; Secretário de Estado; Auditor Geral do Estado; Diretor e Presidente de Autarquias Federal e Estadual; Subsecretário de Estado; Assessor Especial de Governos; Membro do Conselho Estadual de Controle Interno; Presidente e Membro de Conselhos de Administração em entidades públicas e privadas; Presidente e Membro de Comissão de Licitações; Gestor de Contratos; Bacharel e Mestre em Ciências Contábeis; Especialista em Administração Pública, Auditoria e Controladoria; *Risk Management Leader*; Instrutor de Escolas de Contas Públicas e empresas de treinamento/capacitação nas áreas de auditoria, controle interno, orçamento público (PPA, LDO e LOA), Tomada de Contas Especial, folha de pagamento e gestão de riscos; Controlador Interno; Professor de cursos de Pós-Graduação; Coordenador de Comissões Técnicas de Análise da Prestação de Contas do Poder Executivo; Coordenador de consultorias em empresas com atuação nas áreas pública e privada. Pesquisador e articulista.

3º DIA | 11/06/2025**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA E BALANÇO FINANCEIRO**

Objetivo: o curso será abordado com enfoque para execução e fiscalização com a aplicação de casos práticos com grau de dificuldade suficiente para avaliar a assimilação do conteúdo e as habilidades desenvolvidas.

Ementa: 1) Normas Internacionais de Contabilidade; A DFC como Instrumento para Apresentação das Informações do Caixa e Equivalentes de Caixa; Estrutura. 2) Outros Ingressos e Outros Desembolsos (Operacional/Investimento/Financiamento). 3) Caixa e Equivalentes de Caixa. 4) Transações que refletem em mais de um Fluxo; Transações que parecem refletir em mais de um Fluxo. 5) Retenções

de Tributos e Consignações; Transferências de Capital; Dação em Pagamento. 6) O Balanço Financeiro como Instrumento para Apresentação das Informações Orçamentárias e Financeiras; Estrutura. 7) Como elaborar o Balanço Financeiro.

Instrutor: Leandro Menezes Rodrigues

Contador e Mestre em Contabilidade pela UFPR. Auditor de Controle Externo no Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCEPR. Possui registro no CRC/PR e CNAI. Atua no Setor Público desde 2001 com experiência nas áreas de execução, controle interno e controle externo. Assessor Técnico do Instituto Rui Barbosa na Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF). Integrante de Grupos de Pesquisa em Governos GEPGL/UnB e LOGOS/UFPR. Professor do Curso de Pós-Graduação em CASP da FIPECAFI. Coautor e Coordenador de livros na área pública.

4º DIA | 12/06/2025

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Objetivo: apresentar e discutir os principais instrumentos da gestão orçamentária e financeira do Estado de forma prática. O aluno estará apto a compreender os conceitos e as relações entre Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA. Será capaz de ter uma visão geral do processo comum de elaboração do PPA para União, Estados e Municípios. Será possível praticar e discutir a elaboração de um PPA e a relação com a LOA para determinação de um gasto público que pode ser realizado.

Ementa: 1) Introdução à Legislação Tributária - visão geral: Introdução ao estudo da legislação tributária e tipos de tributos (federais, estaduais, municipais e do DF); Regimes de Tributação: Breve explicação sobre os regimes de tributação e tipos de pessoas jurídicas. 2) Retenções de Tributos na Administração Pública - IRPJ e Tributos Federais: Foco nas retenções de IRPJ, CSSL, Cofins e PIS/PASEP, conforme IN RFB 1.234/2012 e Decreto Federal 9.580/2018; Aspectos Essenciais: Fato gerador, base de cálculo, alíquotas, e exceções; Contribuição Previdenciária: Retenção sobre pagamentos a pessoas jurídicas e físicas, conforme IN RFB 2.110/2022. 3.) Retenção de Impostos sobre Serviços (ISSQN) - Legislação e Aplicação: Artigo 156 da Constituição Federal e Lei Complementar 116/2003; Casos Práticos: Retenção do ISSQN em diferentes cenários, incluindo empresas do Simples Nacional. 4) Novas Declarações Obrigatórias - SPED, e-Social, EFD-Reinf e DCTFWeb: Apresentação e objetivos de cada sistema; Foco em Benefícios e Obrigações: Como essas declarações impactam as empresas e a Administração Pública. 5) Reforma Tributária e Novas INs - EC nº 132/23 e PLP nº 68/24: Principais mudanças e introdução dos novos tributos IBS e CBS; Impactos Práticos: Alterações no IPI, IPTU e ITCMD. 6) Exercícios Práticos e Discussão - Aplicação dos Conceitos: Exercícios práticos para fixação dos conteúdos abordados; Discussão: Sessão de perguntas e respostas para esclarecer dúvida.

Instrutor: Marcos César Carneiro

Bacharel em Ciências Contábeis e Direito; Auditor Independente; Especialista em Legislação Tributária; Pós-graduado em Didática do Ensino Superior, Auditoria e Perícia, Direito Tributário e Finanças

Públicas. Professor Universitário; Instrutor do CRC/DF, OAB/DF, Consultoria Empresarial, SEBRAE Nacional, SESI/SENAT, SENAI, CONFEA, ABOP. Conferencista de grandes instituições no Brasil, tendo realizado treinamentos em todo o Brasil e em especial no TCU, Conselho de Justiça Federal, ANVISA, TRF, Instituto dos Magistrados do Brasil, Secretaria de Fazenda do Estado do ACRE e Diretor Presidente da APTC – Auditoria Planejamento Tributário e Consultoria S/C.

5º DIA | 13/06/2025

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS DE ACORDO COM O MCASP E EXERCÍCIOS PRÁTICOS

Objetivo: apresentar os principais tópicos relacionados aos aspectos contábeis que envolvem o acompanhamento da execução orçamentária na Administração Pública. Ao fim do estudo, o aluno estará apto a compreender os conceitos e os procedimentos normativos que ancoram os ingressos e as saídas orçamentárias dos cofres públicos, a partir de exercícios práticos relativos ao registro contábil de exemplos variados.

Ementa: 1) Receita Orçamentária. 2) Conceito, classificações, estágios e peculiaridades contábeis. 3) Despesa Orçamentária. 4) Conceito, classificações e estágios. 5) Tópicos especiais: restos a pagar, despesas de exercícios anteriores e suprimento de fundos.

Instrutor: Corpo docente DLS Treinamentos

PRAZO PARA CONFIRMAÇÃO

As inscrições dos participantes deverão ser confirmadas com, **no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência do início do evento** mediante depósito bancário, cheque, dinheiro, nota de empenho ou autorização/ordem de serviço, devidamente assinada e carimbada pelo ordenador de despesa, por meio do endereço eletrônico contato@prioritreinamento.com.br.

DADOS PARA PAGAMENTO

Nome: Priori Treinamento e Aperfeiçoamento

Razão social: Priori Treinamento e Aperfeiçoamento Ltda

CNPJ: 21.000.322/0001-00

Inscrição Estadual: 07.694.600/001-89

Endereço: ST SCS Quadra 6 Bloco A Lote 141 Sala 208 – Edifício Presidente | **CEP:** 70.327-900

Bairro/Região Administrativa: Asa Sul | **Cidade:** Brasília/DF

Telefone e Whatsapp: (61) 3036-3602 | **Endereço eletrônico:** contato@prioritreinamento.com.br

Declarações, documentos e certidões legais: prioritreinamento.com.br/documentos-importantes

Dados Bancários: Banco do Brasil S.A (001) – Agência 1235-1 | Conta Corrente nº 65.940-1

FORMAS DE PAGAMENTO

Depósito bancário; Transferência TED (Transferência Eletrônica Disponível); PIX; Nota de Empenho; Autorização/ordem de serviço, devidamente assinada e carimbada pelo ordenador de despesa com os dados da empresa.

PROPOSTAS

Para solicitar propostas comerciais referentes ao treinamento, basta entrar em contato conosco através do telefone (61) 3036-3602 (WhatsApp) ou do correio eletrônico contato@prioritreinamento.com.br.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

A Priori Treinamento e Aperfeiçoamento reserva-se o direito de adiar e/ou cancelar o curso até 72h antes de seu início, caso não haja quórum.

Caso seja necessário, a Priori Treinamento e Aperfeiçoamento reversa-se o direito de substituir instrutores.

Todas as informações acerca do comparecimento às aulas (localização, frequência e acesso) serão encaminhadas via CORREIO ELETRÔNICO aos participantes na semana anterior ao evento.

Telefones: (61) 3036-3602 (WhatsApp) / (61) 3036-3602 | **E-mail:** contato@prioritreinamento.com.br

Instagram, Facebook e LinkedIn: @prioritreinamento | **Sítio:** <https://www.prioritreinamento.com.br/>



Paulo Henrique Feijó da Silva

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5051950602975932>

ID Lattes: **5051950602975932**

Última atualização do currículo em 25/12/2022

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UNB), com pós-graduação em Contabilidade e Finanças pela Fundação Getúlio Vargas - FGV é Auditor de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional. Tem participado de diversas iniciativas voltadas para o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas, especialmente nos aspectos relacionados com a administração do caixa, a programação e execução financeira, a apuração dos resultados fiscais e contabilidade aplicada ao setor público. Participa de atividades de capacitação de gestores públicos em todo o País e é professor da disciplina Administração Orçamentária e Financeira, Responsabilidade Fiscal e Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Teve atuação na Coordenação-Geral de Programação Financeira de 1993 a 2006, onde ocupou o cargo de coordenador. Foi o Coordenador-Geral de Contabilidade da STN de agosto de 2006 a dezembro de 2009. Exerceu o cargo de Coordenador-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação de 2009 a 2012. É autor e co-autor de 14 livros sendo 9 livros que integram a "Série Entendendo CASP"; 2 livros da Série "Curso de Siafi" e 2 livros "Gestão de Finanças Públicas: Fundamentos e Práticas de Planejamento, Orçamento e Administração Financeira com Responsabilidade Fiscal": Volumes 1 (Gestão Orçamentária) e Volume 2 (Gestão Fiscal) e o livro "Entendendo Resultados Fiscais", todos publicados pela Editora Gestão Pública (www.gestaopublica.com.br). Foi membro do Grupo Assessor do Conselho Federal de Contabilidade, responsável pela edição de normas de contabilidade aplicadas ao setor público. Integrou a Associação Interamericana de Contabilidade (AIC). Participa de missões de assistência técnica e de avaliação das finanças no exterior a convite do Fundo Monetário Internacional (FMI). É Membro da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon).

(Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome

Paulo Henrique Feijó da Silva

Nome em citações bibliográficas

SILVA, P. H. F.;Feijó, Paulo Henrique

Lattes iD



<http://lattes.cnpq.br/5051950602975932>

País de Nacionalidade

Brasil

Endereço

Endereço Profissional

Secretaria de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro, Subsecretaria de Modernização da Gestão das Finanças Públicas.
Avenida Presidente Vargas - 670
Centro
20071001 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Telefone: (21) 23344524
URL da Homepage: www.sefaz.rj.gov.br

Formação acadêmica/titulação

2000 - 2001

Especialização em MBA em Contabilidade e Finanças. (Carga Horária: 360h).
Fundação Getúlio Vargas - FGV/DF,
FGV/DF, Brasil.

1994 - 1999

Graduação em Ciências Contábeis e Atuariais.
Universidade de Brasília, UnB, Brasil.

Formação Complementar

1996 - 1996

Extensão universitária em Contabilidade Pública. (Carga horária: 30h).
Fundação Getúlio Vargas - FGV/DF,
FGV/DF, Brasil.

Atuação Profissional

Secretaria de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro, SEFAZ/RJ, Brasil.

Vínculo institucional

2012 - 2016

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Subsecretário, Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.

Caixa Econômica Federal, CEF/DF, Brasil.

Vínculo institucional

2009 - 2012

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Conselheiro fiscal

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, CHESF, Brasil.

Vínculo institucional

2003 - 2009

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Conselheiro Fiscal

Atividades

**04/2003 -
04/2008**

Direção e administração, Direção da CHESF.

Cargo ou função
Conselheiro Fiscal.

Angênci a Nacional do Cinema, ANCINE, Brasil.

Vínculo institucional

2016 - 2018

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Contador, Carga horária: 40

Secretaria Municipal de Fazenda de Niterói, SMF NITERÓI, Brasil.

Vínculo institucional

2018 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Subsecretário, Carga horária: 40

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, ALERJ, Brasil.

Vínculo institucional

2019 - 2020

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Assessor do Gabinete do

Deputado Ferreirinha, Carga horária: 40,
Regime: Dedicação exclusiva.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, PM/RJ, Brasil.

Vínculo institucional

2021 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Coordenador de Orçamento da Seduc, Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Administração / Subárea:
Administração Pública/Especialidade:
Contabilidade e Finanças Públicas.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Administração / Subárea: Ciências
Contábeis/Especialidade: Contabilidade
Pública.

3.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Administração / Subárea: Ciências
Contábeis.

Idiomas

Espanhol

Compreende Bem, Fala Razoavelmente,
Lê Bem, Escreve Pouco.

Inglês

Compreende Pouco, Fala Pouco, Lê
Razoavelmente.

Produções

Produção bibliográfica

Livros publicados/organizados ou edições

1.

★ ALBUQUERQUE, C. ; MEDEIROS, M. ; **Feijó, Paulo Henrique** . Gestão de Finanças Públicas - Administração Financeira e Orçamentária - Vol 1. 2a. ed. Brasília: Gestão Pública, 2022. v. 2. 582p .

2.

★ ALBUQUERQUE, C. ; **Feijó, Paulo Henrique** . Gestão de Finanças Públicas - Administração Financeira e Orçamentária - Vol 2. 2a. ed. Brasília: Gestão Pública, 2022. v. 2. 538p .

3.

Feijó, Paulo Henrique; RODRIGUES, L. M. ; RIBEIRO, Carlos Eduardo ; DANTAS, G. S. . Entendendo as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - Caderno de Slides, Resumos e Exercícios do. 1. ed. Brasília: Gestão Pública, 2018. v. 1. 224p .

4.

Feijó, Paulo Henrique; Júnior, Jorge Pinto de Carvalho ; ALMEIDA, F. C. C. ; SANTOS, V. M. ; BARBOSA, D. D. . Entendendo a Contabilidade Patrimonial Aplicada ao Setor Público. 1. ed. Brasília: Gestão Pública, 2017. v. 1. 648p .

5.

★ **Feijó, Paulo Henrique**; RODRIGUES, L. M. ; RIBEIRO, Carlos Eduardo ; DANTAS, G. S. . Entendendo as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. 1. ed. Brasília: Gestão Pública, 2017. v. 1. 456p .

6.

Feijó, Paulo Henrique. Entendendo as Mudanças na Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Caderno de Slides, Resumos e Exercícios. 1. ed. Brasília: Gestão Pública, 2016. v. 1. 160p .

7.

Feijó, Paulo Henrique; RIBEIRO, Carlos Eduardo ; Júnior, Jorge Pinto de Carvalho . Caderno de Slides do PCASP. 1. ed. Brasília: Gestão Pública, 2015. v. 1. 152p .

8.

CARVALHO JR., A. C. C. D. ; **Feijó, Paulo Henrique** . Entendendo Resultados Fiscais. 1. ed. Brasília: Gestão Pública, 2015. v. 1. 296p .

9.

Feijó, Paulo Henrique; Júnior, Jorge Pinto de Carvalho ; RIBEIRO, Carlos Eduardo . Entendendo a Contabilidade Orçamentária Aplicada ao Setor Público. 1. ed. Brasília: Gestão Pública, 2015. v. 1. 624p .

10.

★ **Feijó, Paulo Henrique**; RIBEIRO, Carlos Eduardo . Entendendo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. 1. ed. Brasília: Editora Gestão Pública, 2014. v. 1. 388p .

11.

Feijó, Paulo Henrique; MOTA, F. G. L. ; PINTO, L. F. ; SILVA, Louise Caroline . Curso de Siafi: Uma Abordagem Prática da execução Orçamentária e Financeira - Vol. 1 - Execução Orçamentária e Financeira. 3a. ed. Brasília: Editora Gestão Pública, 2014. v. 1. 500p .

12.

Feijó, Paulo Henrique; SANTOS, S. L. . Curso de Siafi: Uma Abordagem Prática da execução Orçamentária e Financeira - Vol. 2 - Suprimento de Fundos. 2a. ed. Brasília: Editora Gestão Pública, 2014. v. 1. 380p .

13.

Feijó, Paulo Henrique; ALBUQUERQUE, C. ; MEDEIROS, M. . Gestão de Finanças Públicas - Administração Financeira e Orçamentária - Vol 1. 3. ed. Brasília: Gestão Pública, 2013. v. 2. 648p .

14.

★ **Feijó, Paulo Henrique**. Entendendo as Mudanças na Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 1. ed. Brasília: Editora Gestão Pública, 2013. v. 1. 224p .

15.

ALBUQUERQUE, C. ; MEDEIROS, M. ; SILVA, P. H. F. . Gestão de Finanças Públicas. 2a. ed. Brasília: Gestão Pública, 2008. v. 1. 580p .

16.

SILVA, P. H. F.; PINTO, L. F. ; MOTA, F. G. L. . Curso de Siafi: Uma Abordagem Prática da execução Orçamentária e Financeira. 2. ed. Brasília: Gestão Pública, 2008. v. 1. 470p .

17.

SANTOS, S. L. ; SILVA, P. H. F. . Suprimento de Fundos: Teoria e Prática da Execução Orçamentária e Financeira no Siafi. 1. ed. Brasilia: , 2008. v. 1. 216p .

18.

SILVA, P. H. F.; ALBUQUERQUE, C. ; MEDEIROS, M. . Gestão de Finanças Públicas. 1. ed. Brasília: Paulo Henrique Feijó, 2006. v. 1. 488p .

19.

SILVA, P. H. F.; PINTO, L. F. ; MOTA, F. G. L. . Curso de Siafi: Uma Abordagem Prática da Execução Orçamentária e Financeira. 1. ed. Brasília: Paulo Henrique Feijó, 2006. v. 1. 360p .

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas do Governo Federal.Semana de Administração Orcamentária, Financeira e de Contratações Públicas. 2006. (Oficina).

1.

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

2.

SILVA, P. H. F.. Semana de Administração Orçamentária, Finaceira e de Contratações Públicas do Governo Federa. 2008. (Outro).

2.

SILVA, P. H. F.; Maria Clara Bugarim . I Seminário
Internacional de Contabilidade Pública. 2007. (Outro).

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 17/03/2025 às 13:35:12

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu
Curriculum Lattes.
Configuração de privacidade na Plataforma Lattes

CURRÍCULO

EDILSON BARBOZA

Formação

- Mestre em Ciências Contábeis pelo Instituto de Ensino Superior Prof. Nelson Abel de Almeida (Faculdade de Ciências Humanas de Vitória);
- Especialista em Administração Pública pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES;
- Especialista em Auditoria pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG;
- Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES;

Atividades atuais

- Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES (desde 1995);
- Instrutor da Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;
- Instrutor da Esafi – Escola de Administração e Treinamentos
- Instrutor da MK Cursos e Treinamentos

Atividades desempenhadas

- Governo do Estado do Espírito Santo: Secretário de Estado, Auditor Geral, Diretor de Autarquias, Subsecretário de Estado, Assessor Especial, Membro do Conselho Estadual de Controle Interno, Membro do Conselho de Administração do Diário Oficial e do Instituto de Tecnologia da Informação
- Coordenador do Núcleo de Controle Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo
- Membro Voluntário do Conselho Fiscal da Associação Feminina Espírito-santense de Combate ao Câncer – AFECC
- Professor do curso de Pós-Graduação em Administração Pública da Faculdade Gama Filho de Vitória
- Coordenador e Professor dos cursos de Pós-Graduação em Gestão de Cidades, Auditoria e Controladoria da Faculdade UNICES
- Professor dos cursos de Pós-Graduação em Auditoria, Gestão Pública, Finanças Empresariais e Política e Estratégia da FAESA

- Professor do curso de Pós-Graduação em Planejamento, Gerência e Avaliação de Projetos Sociais da Interação – Ensino, Pesquisa e Consultoria/FDV
- Professor do curso de Especialização de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo
- Instrutor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Espírito Santo
- Representante do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, como palestrante, em congressos, seminários e encontros técnicos
- Coordenador da Comissão Técnica para análise da Prestação de Contas do Governador do Estado do Espírito Santo – Exercícios: 1995, 1996, 1997, 1998, 1999 e 2002
- Coordenador do Projeto “Política de Controle Externo” do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo
- Instrutor do Centro de Seleção e Promoção de Eventos da Universidade de Brasília – CESPE/UnB

Artigos Publicados

“Gestão contábil nas entidades do Terceiro Setor: aspectos legais, deficiências e perspectivas”

- Publicado no livro “DO AVESSO AO DIREITO”, do Ministério Público do Estado do Espírito Santo

“Os municípios e o controle interno”

- Publicado na coluna opinião do jornal A Gazeta do dia 01 de agosto de 2001

“Controle interno e auditoria interna na gestão pública municipal: desafios numa visão prospectiva”

- Apresentado na VIII Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, em agosto de 2001, em Gramado-RS
- Publicado no livro de memórias do evento e na revista Finanças dos Municípios Capixabas, Ano 7 - 2001

“Auditoria de Custos: é parte da contabilidade gerencial?”

- Apresentado no 5º ENECON - Encontro Nordestino de Contabilidade, em junho de 2001, em João Pessoa-PB e publicado no livro de memórias do evento;

“Dívida Ativa: reflexos da legislação nos demonstrativos contábeis da gestão pública”

- Publicado no livro de memórias da VIII Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, em agosto de 2001

“A importância da utilização do sistema de custeio nas cortes de contas como um instrumento de gestão e de transparência”

- Publicado no livro de memórias da VIII Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul
- Aprovado para apresentação no Encontro Nacional de Engenharia de Produção, em outubro de 2001, na cidade de Salvador-BA

“Controle interno nos municípios: desafio inadiável”

- Jornal do Fórum Fiscal, ano 1 – número 4/ago-2002

“Compliance e gestão de riscos para superar a esquizofrenia estatal”

- Jornal A Gazeta de 11/11/2019

https://www.agazeta.com.br/artigos/compliance-e-gestao-de-riscos-para-superar-a-esquizofrenia-estatal-1119?utm_source=appfeed&utm_medium=appfeed&utm_campaign=appfeed

Disciplinas Lecionadas em Cursos de Graduação

- Contabilidade Geral, Contabilidade para Administradores, Auditoria, Análise de Balanços, Contabilidade Gerencial, Contabilidade de Custos, Orçamento Empresarial e Fluxo de Caixa, Contabilidade e Auditoria Governamental; Gestão de Riscos

Contatos

E-mail: edilson.barboza@tcees.tc.br, Telefone: (27) 9-9887-2412



Leandro Menezes Rodrigues

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/8483671999746382>

ID Lattes: **8483671999746382**

Última atualização do currículo em 16/08/2024

Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná. Especialista em Contabilidade e Finanças pela Universidade Federal do Paraná (2011) e MBA em Gestão Pública com Ênfase em Controle Externo pelo Centro Universitário Franciscano do Paraná (2014). Graduado em Ciências Contábeis pelo Universidade Federal do Paraná (2009), tendo se formado como 1º colocado. Atualmente é Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. É integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Governos Locais - GEPGL (UnB). Possui experiência na utilização do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, criação de rotinas contábeis e mapeamento de Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. Coautor do Livro "Entendendo as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público", pela Editora Gestão Pública, dezembro de 2017. Participou da organização do livro: A Lei Complementar nº 173/2020 e seus Desafios, publicado pela Editora Fórum (2021). (**Texto informado pelo autor**)

Identificação

Nome

Leandro Menezes Rodrigues

Nome em citações bibliográficas

RODRIGUES, L. M.

Lattes iD



<http://lattes.cnpq.br/8483671999746382>

Orcid iD

? <https://orcid.org/0000-0001-7555-3388>

País de Nacionalidade

Brasil

Endereço

Endereço Profissional

Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Praça Nossa Senhora de Salette s/n
Centro Cívico
80530910 - Curitiba, PR - Brasil
Telefone: (41) 30831582

Formação acadêmica/titulação

2021 - 2023

Mestrado em Contabilidade.
Universidade Federal do Paraná, UFPR,
Brasil.

Título: Incerteza da Política Econômica e Finanças Públicas: um estudo empírico das receitas, despesas e endividamento nos estados brasileiros, Ano de Obtenção: 2023.

Orientador: Claudio Marcelo Edwards Barros.

Palavras-chave: EPU; Finanças Públicas; Receitas; Despesas; Endividamento.

2014 - 2014

Especialização em MBA EM GESTÃO PÚBLICA - ÊNFASE EM CONTROLE EXTERNO. (Carga Horária: 420h).

FAE Centro Universitário, FAE, Brasil.

Título: GESTÃO DE CUSTOS NO ENSINO FUNDAMENTAL: UM MODELO APLICADO AOS MUNICÍPIOS PARANAENSES.

Orientador: Vera Lucia Robles Ortega.

2010 - 2011

Especialização em Contabilidade e Finanças. (Carga Horária: 410h).

Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil.

Título: A Necessidade de Reestruturação Curricular no Curso de Ciências Contábeis como Consequência da Convergência das Normas Brasileiras às Normas Internacionais de Contabilidade: Uma Análise Comparativa entre o Currículo da UFPR com a Proposta do ISAR/UNCTAD.

Orientador: Luciano Marcio Scherer.

2006 - 2009

Graduação em Ciências Contábeis.
Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil.

Título: Constituição, Elaboração e Análise das Demonstrações Contábeis da Empresa Fictícia JKLM Sucos Industriais LTDA.

Orientador: Moisés Prates Silveira.

Formação Complementar**2021 - 2022**

Auditoria nas Contas Anuais - Financeira Integrada com Conformidade. (Carga horária: 100h).

Tribunal de Contas da União, TCU, Brasil.

2021 - 2022

Introdução ao R e Machine Learning.
(Carga horária: 60h).
Faculdade de Economia, Administração e
Contabilidade - USP, FEAC/USP, Brasil.

2021 - 2021

Análise de Dados em Linguagem R.
(Carga horária: 20h).
Escola Nacional de Administração Pública,
ENAP, Brasil.

2021 - 2021

Inteligência Artificial no Contexto do
Serviço Público. (Carga horária: 20h).
Escola Nacional de Administração Pública,
ENAP, Brasil.

2020 - 2020

Tarifas e Revisões Tarifárias. (Carga
horária: 8h).
Instituto Acende Brasil, ACENDE BRASIL,
Brasil.

2020 - 2020

Impactos da Pandemia na Economia -
Equilíbrio entre Proteção Social. (Carga
horária: 2h).
Instituto Serzedello Corrêa, ISC, Brasil.

2020 - 2020

Processo no Controle Externo e NBASP -
Visão Geral Níveis 1, 2 e 3. (Carga
horária: 3h).
Tribunal de Contas do Município de São
Paulo, TCM/SP, Brasil.

2020 - 2020

Elaboração de Relatórios de Auditoria.
(Carga horária: 30h).
Escola Nacional de Administração Pública,
ENAP, Brasil.

2020 - 2020

O Processo de Auditoria no Setor Público
e Auditoria Baseada em Riscos. (Carga
horária: 3h).
Tribunal de Contas do Município de São
Paulo, TCM/SP, Brasil.

2020 - 2020

Avaliação de Controles Internos e
Elaboração de Papéis de Trabalho. (Carga
horária: 3h).
Tribunal de Contas do Município de São
Paulo, TCM/SP, Brasil.

2020 - 2020

Amostragem Aplicada em Auditorias e
Aplicações Tecnológicas em Auditoria:.

(Carga horária: 3h).
 Tribunal de Contas do Município de São Paulo, TCM/SP, Brasil.

2020 - 2020

Inteligência Artificial e Data Analytics na quarente e no futuro. (Carga horária: 2h).
 Instituto dos Auditores Independentes, IIA, Brasil.

2020 - 2020

Tribunal do Futuro: Atuação Colaborativa dos Tribunais de Contas na Crise. (Carga horária: 2h).
 Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, TC/MG, Brasil.

2020 - 2020

Auditoria de Conformidade com Base na ISSAI 400 e Auditoria de Conformid. (Carga horária: 3h).
 Tribunal de Contas do Município de São Paulo, TCM/SP, Brasil.

2020 - 2020

Contabilidade Regulatória - Setor Elétrico. (Carga horária: 20h).
 Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, FIPECAFI, Brasil.

2020 - 2020

Aplicação da LINDB nos Tribunais de Contas e Responsabilização do Agente. (Carga horária: 3h).
 Tribunal de Contas do Município de São Paulo, TCM/SP, Brasil.

2020 - 2020

NORMAS INTERNACIONAIS DE AUDITORIA FINANCEIRA-NIA. (Carga horária: 40h).
 Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2020 - 2020

NBASP 12 E O MANUAL DE QUANTIFICAÇÃO DE BENEFÍCIOS GERADOS PELA ATUAÇÃO TC. (Carga horária: 2h).
 Tribunal de Contas do Estado do Ceará, TCE/CE, Brasil.

2020 - 2020

Debates sobre os impactos da pandemia nos setores de infraestrutura - Ener. (Carga horária: 2h).
 Instituto Serzedello Corrêa, ISC, Brasil.

2020 - 2020

Auditória Financeira Conforme ISSAI 200 e NBC TA e A Experiência da CGU. (Carga horária: 3h).

Tribunal de Contas do Município de São Paulo, TCM/SP, Brasil.

2020 - 2020

Auditória Operacional Conforme ISSAI 300 e TCE-BA Auditoria Operacional s. (Carga horária: 3h).

Tribunal de Contas do Município de São Paulo, TCM/SP, Brasil.

2019 - 2019

NORMAS INTERNACIONAIS DE AUDITORIA FINANCEIRA-NIA. (Carga horária: 40h).

Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2019 - 2019

NORMAS DE AUDITORIA BRASILEIRA DO SETOR PÚBLICO. (Carga horária: 11h).

Tribunal de Contas do Estado do Paraná, TCE-PR, Brasil.

2019 - 2019

CONHEÇA O MICROSOFT TEAMS. (Carga horária: 2h).

Tribunal de Contas do Estado do Paraná, TCE-PR, Brasil.

2019 - 2019

SEMINÁRIO DE CONTABILIDADE PÚBLICA UMA PERSPECTIVA ATUAL DOS DESAFIOS E DEM. (Carga horária: 6h).

Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, CRCPR, Brasil.

2019 - 2019

SEMINÁRIO GESTÃO PÚBLICA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO. (Carga horária: 8h).

Governo do Estado do Paraná, GOVERNO/PR, Brasil.

2019 - 2019

GESTÃO FISCAL E AUDITORIA FINANCEIRA - NBASP 200. (Carga horária: 4h).

Tribunal de Contas do Estado do Paraná, TCE-PR, Brasil.

2019 - 2019

REUNIÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA STN/ATRICON/IRB. (Carga horária: 16h).

Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2019 - 2019

RISCO EM AUDITORIA-AUDITORIA BASEADA EM RISCO-ETAPA II. (Carga horária: 25h).
Instituto Serzedello Corrêa, ISC, Brasil.

2019 - 2019

SEGURANÇA EM AUDITORIA- AUDITORIA BASEADA EM RISCO-ETAPA I. (Carga horária: 25h).
Instituto Serzedello Corrêa, ISC, Brasil.

2016 - 2016

Contabilidade Orçamentária - Contabilidade Aplicada ao Setor Público. (Carga horária: 40h).
Tribunal de Contas do Estado do Paraná, TCE-PR, Brasil.

2016 - 2016

Contabilidade Patrimonial - Contabilidade Aplicada ao Setor Público. (Carga horária: 40h).
Tribunal de Contas do Estado do Paraná, TCE-PR, Brasil.

2016 - 2016

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO - Teoria e a Aplicação Prática - M. (Carga horária: 40h).
Tribunal de Contas do Estado do Paraná, TCE-PR, Brasil.

2015 - 2015

ORATÓRIA - APERFEIÇOAMENTO DA FALA. (Carga horária: 3h).
Tribunal de Contas do Estado do Paraná, TCE-PR, Brasil.

2015 - 2015

Introdução à Contabilidade Aplicada ao Setor Público. (Carga horária: 16h).
Tribunal de Contas do Estado do Paraná, TCE-PR, Brasil.

2015 - 2015

Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. (Carga horária: 24h).
Tribunal de Contas do Estado do Paraná, TCE-PR, Brasil.

2015 - 2015

Administração Financeira e Orçamentária. (Carga horária: 40h).
Tribunal de Contas do Estado do Paraná, TCE-PR, Brasil.

2015 - 2015

ORATÓRIA - APERFEIÇOAMENTO DA FALA. (Carga horária: 3h).
 Tribunal de Contas do Estado do Paraná,
 TCE-PR, Brasil.

2014 - 2014

Alinhamento Técnico e Pedagógico em Contabilidade. (Carga horária: 40h).
 Secretaria do Tesouro Nacional, STN, Brasil.

2013 - 2013

Controles na Administração Pública (EAD).
 (Carga horária: 30h).
 Tribunal de Contas da União, TCU, Brasil.

2013 - 2013

Processo Legislativo. (Carga horária: 45h).
 Instituto Legislativo Brasileiro, ILB, Brasil.

2013 - 2013

Balanced Scorecard. (Carga horária: 5h).
 Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil.

2013 - 2013

Fundamentos da Gestão de Custos.
 (Carga horária: 5h).
 Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil.

2012 - 2012

Capacitação em Novo CPR - Contas a Pagar e Receber. (Carga horária: 12h).
 Superior Tribunal Militar, STM, Brasil.

2011 - 2011

Retenção IRRF/PIS/CONFINS/CSLL/INSS/ISS. (Carga horária: 20h). Associação Brasileira de Orçamento Público, ABOP, Brasil.	Fonte
---	-------

2011 - 2011

Planejamento e Orçamento Público (EAD).
 (Carga horária: 30h).
 Tribunal de Contas da União, TCU, Brasil.

2011 - 2011

Licitações e Contratos Administrativos (EAD). (Carga horária: 30h).
 Tribunal de Contas da União, TCU, Brasil.

2011 - 2011

Introdução à Lei de Responsabilidade Fiscal (EAD). (Carga horária: 30h).
 Tribunal de Contas da União, TCU, Brasil.

2011 - 2011

Prestação de Contas de Convênios (EAD).
(Carga horária: 30h).
Tribunal de Contas da União, TCU, Brasil.

2011 - 2011

Siafi Operacional. (Carga horária: 48h).
Associação Brasileira de Orçamento
Público, ABOP, Brasil.

2009 - 2009

Constituição de Empresa. (Carga horária:
8h).
Instituto Spei de Tecnologia e
Desenvolvimento LTDA, SPEI, Brasil.

2009 - 2009

Imposto de Renda Pessoa Física. (Carga
horária: 8h).
SESCAP - PR, SESCAP - PR, Brasil.

2009 - 2009

A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor
Público. (Carga horária: 16h).
Conselho Regional de Contabilidade do
Paraná, CRC PR, Brasil.

2009 - 2009

Normas Internacionais de Contabilidade
com Ênfase. (Carga horária: 30h).
SESCAP - PR, SESCAP - PR, Brasil.

2006 - 2006

Constituição de Empresas. (Carga horária:
8h).
Sindicato dos Contabilistas de Curitiba,
SICONTIBA, Brasil.

Atuação Profissional

Universidade de Brasília, UnB, Brasil.

Vínculo institucional

2020 - Atual

Vínculo: , Enquadramento Funcional:

Tribunal de Contas do Estado do Paraná, TCE-PR, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Auditor de Controle Externo, Carga horária: 35

Superior Tribunal Militar, STM, Brasil.

Vínculo institucional

2011 - 2013

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Analista Judiciário, Carga horária: 35

Força Aérea Brasileira, FAB, Brasil.

Vínculo institucional

2002 - 2011

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Militar Graduado, Regime: Dedicação exclusiva.

Outras informações

Controlador de Tráfego Aéreo

Escola de Especialistas de Aeronáutica, EEAR/SP, Brasil.

Vínculo institucional

2001 - 2002

Vínculo: Escola de Formação, Enquadramento Funcional: Aluno, Regime: Dedicação exclusiva.

Projetos de pesquisa

2020 - Atual

Grupo de Estudos e Pesquisas em Governos Locais - GEPGL

Descrição: Realizar estudos e pesquisas em governos locais, nas linhas de pesquisa: Gestão Municipal, Governança e Accountability em Governos Locais, Processos de Convergência da Contabilidade dos Governos Locais aos Padrões Internacionais, Sustentabilidade,

Governança e Accountability da Previdência Pública Local..
 Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.
 Alunos envolvidos: Graduação: (6) / Especialização: (10) / Mestrado acadêmico: (8) / Mestrado profissional: (1) / Doutorado: (15) .

Integrantes: Leandro Menezes Rodrigues - Integrante / Diana Vaz de Lima - Coordenador / Rafael Larêdo Mendonça - Integrante / Sabrina Reinbold Rezende - Integrante / Jaílson Gomes de Araujo Junior - Integrante / Petrônio Pires Paula - Integrante / Jacira Santos da Silva - Integrante / Cláudio de Souza Miranda - Integrante / Ricardo Corrêa Gomes - Integrante / André Carlos Busanelli de Aquino - Integrante / Blenio Cezar Severo Peixe - Integrante / Carleide Maria Bezerra - Integrante / Claudia Ferreira da Cruz - Integrante / Delciene Aparecida Oliveira Pereira - Integrante / Dimas Barrêto de Queiroz - Integrante / Divorzi Xavier do Carmo Junior - Integrante / Francisco Glauber Lima Mota - Integrante / Hugo Marco Consciência Silvestre - Integrante / Ionara Oliveira Cardoso Oliveira Cruz - Integrante / Jaqueline dos Reis Silva - Integrante / Joanni Aparecida Henrichs - Integrante / Jose Pont Vidal - Integrante / Leila Márcia Sousa de Lima Elias - Integrante / Lidiane Nazaré da Silva Dias - Integrante / Marcus Vinicius Cunha dos Santos - Integrante / Maurício Corrêa da Silva - Integrante / Otoni Gonçalves Guimaraes - Integrante / Raquel Luz de Lima - Integrante / Ricardo Borges de Rezende - Integrante / Selene Péres Péres Nunes - Integrante / Tiago Kolling Werne - Integrante / Victor Branco de Holanda - Integrante.

Revisor de periódico

2019 - 2019

Periódico: Revista Técnica dos Tribunais de Contas

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Ciências Contábeis/Especialidade: CONTABILIDADE APPLICADA AO SETOR PÚBLICO.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Administração Pública/Especialidade: Contabilidade e Finanças Públicas.



Marcos Cesar Carneiro da Mota

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/2525135284672853>

ID Lattes: **2525135284672853**
Última atualização do currículo em 25/12/2017

Possui graduação em Ciências Contábeis pelo União Educacional de Brasília(1993).

Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público. (**Texto gerado automaticamente pela aplicação CVLattes**)

Identificação

Nome

Marcos Cesar Carneiro da Mota

Nome em citações bibliográficas

MOTA, M. C. C.

Lattes iD

<http://lattes.cnpq.br/2525135284672853>

País de Nacionalidade

Brasil

Formação acadêmica/titulação

1990 - 1993

Graduação em Ciências Contábeis.
União Educacional de Brasília, UNEB/DF,
Brasil.
Título: Planejamento Tributário.
Orientador: Loberto Minol Sazaki.

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito Público.

Idiomas

Inglês

Compreende Razoavelmente, Fala
Razoavelmente, Lê Razoavelmente,

Escreve Razoavelmente.

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 17/03/2025 às 14:15:03

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.

[Configuração de privacidade na Plataforma Lattes](#)



MINISTÉRIO DA CULTURA
Coordenação de Contabilidade
GSE/SPOA/CGOFC/CCONT

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 2º andar - Bairro Zona Cívico Administrativa, Brasília/DF, CEP 70068-900

DESPACHO Nº 2/2025

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O Ministério da Cultura, inscrito no CNPJ 01.264.142/0001-29, localizado a Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 3º andar na cidade de Brasília/DF, **ATESTA** para fins de comprovação de **Capacidade Técnica** junto à Administração Federal, Estadual, Municipal, Direta e Indireta, Autarquias e Fundações bem como Administração Privada, que a empresa **DLS Treinamentos**, devidamente inscrita no CNPJ 29.300.259/0001-30, sediada em Brasília/DF, realizou o CURSO on-line, atendendo os servidores desta Pasta, conforme descrito:

- Curso: **Contabilidade Pública Avançada no SIAFI com enfoque na análise e conformidade contábil**, com carga horária de 24 horas, ministrado no período de 09 a 13 de dezembro de 2024, pelo Professor Gilvan da Silva Dantas CPF 516.672.741-04,

Considerando que os serviços foram realizados de forma satisfatória, cumprindo todo o cronograma proposto com metodologias inovadoras e aulas práticas, professor/palestrante com vasta experiência na matéria, alto nível de aprovação pelos servidores participantes nos cursos, e ainda por não haver nada que desabone a referida empresa ATESTAMOS SUA CAPACIDADE TÉCNICA.

Brasília, na data da assinatura.

(Assinatura eletrônica)
FABIANA IACOMINI RODRIGUES

Coordenadora-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Iacomini Rodrigues, Coordenador(a)-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Substituto(a)**, em 25/02/2025, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[https://sei.cultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.cultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código
verificador **2138866** e o código CRC **F07AD94F**.

Referência: Processo nº 01400.038130/2024-51

SEI nº 2138866



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

ATESTADO - SJRR-SEDER**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA****A Seção Judiciária de Roraima**, sediada à Av. Getúlio Vargas, 3.999

- Canarinho | Boa Vista/RR, inscrita no CNPJ sob o nº 05.438.430/0001-03, neste ato representada pelo Diretor da Secretaria Administrativa, **ATESTA** para fins de comprovação de **CAPACIDADE TÉCNICA**, que a **DLS TREINAMENTOS LTDA**, CNPJ sob nº 29.300.259/0001-30, com sede na QNB 2 Lote 36 SN - Parte E, Taguatinga Norte | Brasília/DF, promoveu o curso **Regularizações Contábeis aplicadas ao Siafi** com o instrutor **Bruno Henrique Nunes Pedrozo**, em plataforma online ao vivo (virtual síncrono pelo aplicativo teams) com duração de 20 horas/aula.

Atestamos ainda, que a **DLS TREINAMENTOS LTDA**, realizou os serviços de Planejamento, Organização, Execução e Coordenação do evento, de acordo com os parâmetros técnicos, com distinta qualidade, zelo, presteza, profissionalismo do professor e equipe, alcançando os resultados e objetivos pretendidos dentro dos prazos e condições estabelecidas, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

NÍLTON DALL'AGNOLDiretor da Secretaria Administrativa
(assinatura eletrônica)

Documento assinado eletronicamente por **Nilton Dall'agnol, Diretor(a) de Secretaria Administrativa**, em 23/12/2024, às 09:27 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **21951621** e o código CRC **BBD7D4C5**.



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

ATESTADO - SJRR-SEDER

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **Seção Judiciária de Roraima**, sediada à Av. Getúlio Vargas, 3.999

- Canarinho | Boa Vista/RR, inscrita no CNPJ sob o nº 05.438.430/0001-03, neste ato representada pelo Diretor da Secretaria Administrativa, **ATESTA** para fins de comprovação de **CAPACIDADE TÉCNICA**, que a **DLS TREINAMENTOS LTDA**, CNPJ sob nº 29.300.259/0001-30, com sede na QNB 2 Lote 36 SN - Parte E, Taguatinga Norte | Brasília/DF, promoveu o curso **Tesouro Gerencial: construção de Relatórios Gerenciais** com o instrutor **Bruno Henrique Nunes Pedrozo**, em plataforma online ao vivo (*virtual síncrono pelo aplicativo teams*) com duração de 20 horas/aula.

Atestamos ainda, que a **DLS TREINAMENTOS LTDA**, realizou os serviços de Planejamento, Organização, Execução e Coordenação do evento, de acordo com os parâmetros técnicos, com distinta qualidade, zelo, presteza, profissionalismo do professor e equipe, alcançando os resultados e objetivos pretendidos dentro dos prazos e condições estabelecidas, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

NÍLTON DALL'AGNOL

Diretor da Secretaria Administrativa
(assinatura eletrônica)



Documento assinado eletronicamente por **Nilton Dall'agnol, Diretor(a) de Secretaria Administrativa**, em 26/02/2025, às 10:04 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **22330195** e o código CRC **74134000**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4^a REGIÃO
Coordenadoria de Licitações e Contratos
Av. Praia de Belas, 1.100, Prédio Administrativo, 6º andar, Ala Norte, Porto Alegre - RS
telefone: (51) 3255 - 2226
C.N.P.J. nº 02.520.619/0001-52

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 08/2025

ATESTAMOS, para os devidos fins, que **DLS TREINAMENTOS LTDA - ME**, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º **29.300.259/0001-30**, estabelecida na QNB 2, Lote 36, SN, Parte E, Taguatinga Norte, em Brasília/DF, CEP 72115-020, prestou a este Tribunal, em decorrência da Compra Direta nº 90/2024 (PROAD nº 1217/2024), os serviços a seguir descritos:

- **Curso On-line :** “Conformidade Contábil no SiafiWeb”.
- **Data:** 15/04/2024 a 19/04/2024, das 08h30min até 12h30min.
- **Carga horária:** 20 horas-aula.
- **Local:** Plataforma On-line.
- **Participantes:** 02 servidores do TRT da 4^a Região.
- **Instrutora:** Rosaura Haddad Barros.
- **Nota de Empenho:** 2024NE400387.

Outrossim, informamos que, até a presente data, inexiste ocorrência desabonatória registrada na Coordenadoria de Licitações e Contratos relativamente à empresa em tela.

Porto Alegre/RS, 25 de fevereiro de 2025.

Documento assinado digitalmente
KARINA DURIGON
Coordenadora de Licitações e Contratos





SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração de Contratações – SADCON
 Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR
 Serviço de Execução de Compras – SEEXCO

Processo nº 00200.005021/2025-21.

Relatório Conclusivo nº 027/2025 – SEEXCO/COCDIR/SADCON

Em 05 de maio de 2025.

Assunto: Relatório conclusivo para
 deliberação do Ordenador de Despesas.

Senhora Coordenadora da COCDIR,

Tratam os autos de solicitação do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) objetivando, de acordo com o Termo de Referência (TR)¹:

(...) a solicitação para inscrição de 03 (três) servidores (abaixo) da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade (SAFIN) no treinamento externo “*II WORKSHOP CONTÁBIL*”, promovido pela empresa DLS Treinamentos Ltda., no período de 09 a 13 de junho de 2025, na modalidade presencial, na cidade de João Pessoa/PB, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

- 1) Cecilia Maria de Oliveira Guimarães - matrícula 256204;
- 2) Leonardo dos Reis Guedes Ferreira - matrícula 266738;
- 3) Gustavo Dário Vinhal - matrícula 254888. [grifo original]

O Órgão Técnico (OT) recomendou a contratação direta do objeto na modalidade de **inexigibilidade de licitação**, com fundamento art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021.

De acordo com a Ata da 1ª Reunião de 2019 do Comitê de Contratações², as despesas com inscrições de servidores em ações de capacitação externa não necessitarão constar do Plano de Contratações do Senado Federal, de maneira a conferir maior celeridade ao procedimento.

O Serviço de Direitos e Deveres Funcionais (SEDDEV/SEGP), pelo **Despacho nº 821/2025-SEDDEV**³, de 19/03/2025, se manifestou quanto ao prazo previsto no art. 27 e os requisitos do Anexo IV, ambos do Regulamento Administrativo do Senado Federal (RASF), aprovado pela Resolução nº 13/2018 e consolidado pelo ATC nº 14/2022, bem como do ADG nº 17/2021, concluindo pelo **atendimento dos requisitos impostos** pelos dispositivos retrocitados.

¹ 00100.065804/2025-92.

² Boletim Administrativo do Senado Federal Número: 6831 - Seção: 2 - quinta-feira, 02 de maio de 2019.

³ 00100.051705/2025-23.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração de Contratações – SADCON
 Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR
 Serviço de Execução de Compras – SEEXCO

Processo nº 00200.005021/2025-21.

O Serviço de Gestão de Cargos, Salários e Seleção (SEGCAS/SEGP), por sua vez, pelo Parecer Técnico nº 490/2025-SEGCAS⁴, de 26/03/2025, opinou quanto à pertinência temática da capacitação pretendida.

O Serviço de Treinamento (SETREINA/COTREN), pelo Ofício nº 137/2025 – SETREINA/COTREN/ILB⁵, de 04/04/2025, informa que o treinamento consta no Plano de Capacitação Anual dos Servidores do Senado Federal – “PCASF 2025”⁶, com Código CTB_CPU_000, Área de competência: Contabilidade Pública.

Registrarmos que o OT, por meio do Despacho nº 137/2025 – COADFI/ILB⁷, de 14/04/2025, juntou aos autos as informações referentes à relação entre a despesa objeto da presente contratação e o orçamento do Plano de Capacitação Anual dos Servidores do Senado Federal - PCASF 2025.

Assim, os autos vieram a este Serviço de Execução de Compras-SEEXCO para as providências previstas no § 2º, do art. 54, do ADG nº 14/2022.

1. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Visto se tratar de ação de capacitação externa aberta ao público, a elaboração do ETP é dispensada por força do disposto no § 6º, do art. 3º, do Anexo II, do ADG nº 14/2022.

2. DO TERMO DE REFERÊNCIA

O OT elaborou o Termo de Referência (TR) nº 29/2025⁸, que ainda aguarda aprovação pela autoridade competente, na forma do art. 9º, inciso IV, do Anexo V, do RASF (Regulamento Administrativo do Senado Federal) vigente nesta data, e do art. 24, do ADG nº 14/2022.

No TR encontramos as informações especificadas pelo OT, tais como a descrição do objeto, a modalidade de contratação sugerida, as justificativas da contratação em si e do quantitativo solicitado, e a indicação dos futuros gestores e fiscais do contrato.

O Item 3.3.1 informa que não será exigida qualificação econômico-financeira nos termos do art. 70 da Lei 14.133/2021.

⁴ 00100.053027/2025-33.

⁵ 00100.059895/2025-27.

⁶ *Idem*, p. 2.

⁷ 00100.065743/2025-63, p. 14-15.

⁸ 00100.065804/2025-92.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração de Contratações – SADCON
 Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR
 Serviço de Execução de Compras – SEEXCO

Processo nº 00200.005021/2025-21.

O **Item 4.1** define que a formalização do ajuste será por “Nota de empenho em substituição ao termo de contrato conforme inciso I do parágrafo único do art. 9º, do Anexo III, do ADG nº 14/2022 (OFÍCIO CIRCULAR Nº 1/2024/DIRECON, NUP: 00100.045727/2024-73), acompanhada do respectivo de Termo de Referência”, com vigência até a execução plena do objeto.

O **item 2 do Anexo I** traz as informações relacionadas ao conteúdo programático do treinamento, com destaque específico para a identificação detalhada sobre os temas que serão tratados durante os cinco dias do evento

O **item 1 do Anexo II**, por sua vez, traz como preços de referência para a pretendida contratação o valor unitário promocional de **R\$ 5.120,00** (cinco mil, cento e vinte reais) para cada inscrição e o valor total estimado de **R\$ 15.360,00** (quinze mil trezentos e sessenta reais), contemplando a inscrição de 3 (três) servidores.

3. DA PROPOSTA COMERCIAL

Por sua vez, a pretendida contratada, **DLS TREINAMENTOS LTDA.**, nome fantasia **DLS TREINAMENTOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 29.300.259/0001-30, ofereceu proposta comercial⁹, **válida até 09/06/2025**, com inscrição unitária no valor de **R\$ 5.120,00** (cinco mil cento e vinte reais), perfazendo o **valor total de R\$ 15.360,00** (**quinze mil trezentos e sessenta reais**), para fornecer o objeto descrito no TR¹⁰, pelo período de 09 a 13 de junho, contemplando a participação de 3 (três) servidores do Senado.

4. DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO

Buscando comprovar a inviabilidade de competição fundada na notória especialização do contratado, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea “f”, e § 3º, da Lei nº 14.133/2021, foram juntados aos autos, pelos interessados, os seguintes documentos:

1. *Folder* com a programação do evento¹¹;
2. Currículo *Lattes* do instrutor Paulo Henrique Feijó da Silva¹²;
3. Currículo do instrutor Edilson Barboza¹³;
4. Currículo *Lattes* do instrutor Leandro Menezes Rodrigues¹⁴;

⁹ 00100.065743/2025-63-4 (ANEXO: 004).

¹⁰ 00100.065804/2025-92.

¹¹ 00100.045586/2025-70-1 (ANEXO: 001).

¹² 00100.045586/2025-70-2 (ANEXO: 002).

¹³ 00100.045586/2025-70-3 (ANEXO: 003).

¹⁴ 00100.045586/2025-70-4 (ANEXO: 004).





SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração de Contratações – SADCON
 Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR
 Serviço de Execução de Compras – SEEXCO

Processo nº 00200.005021/2025-21.

5. Currículo *Lattes* do instrutor Marcos Cesar Carneiro da Mota¹⁵;
6. Atestado de Capacidade Técnica¹⁶, emitido pelo Ministério da Cultura em 25/02/2025;
7. Atestado de Capacidade Técnica¹⁷, emitido pela Seção Judiciária de Roraima em 23/12/2024;
8. Atestado de Capacidade Técnica¹⁸, emitido pela Seção Judiciária de Roraima em 26/02/2025;
9. Atestado de Capacidade Técnica¹⁹, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região em 25/02/2025; e
10. Autodeclaração de Exclusividade e Notório Saber²⁰, emitida em 08/04/2025 pela pretendida contratada, a empresa DLS Treinamentos.

Ainda sobre o tema, por meio do citado **Despacho nº 137/2025 – COADFI/ILB**, de 14/04/2025²¹, o OT afirma: “Diante do exposto, resta incontroverso, salvo melhor juízo, a inegável qualificação dos palestrantes responsáveis pelo evento bem como da empresa. Opina-se, nesse sentido, por estarem **presentes os elementos caracterizadores da notória especialização.**” [grifo do original]

5. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Quanto aos documentos juntados pelo OT e suas alegações para justificar o preço ofertado pela pretendida contratada, por meio do **Ofício nº 0191/2025-COCVAP/SADCON**²², de 16/04/2025, a COCVAP informa que:

Quanto ao inciso I do §6º do art. 14 do ADG n.14/2022, o Órgão Técnico informa que em pesquisa realizada no Painel para Consulta de Preços do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNPC) foram encontrados 3 (três) contratações por inexigibilidade de licitação, conforme NUP 00100.065743/2025-63-3.

O inciso II do §6º do art. 14 do ADG n.14/2022 determina que sejam juntadas aos autos, no mínimo, 3 (três) documentos idôneos referentes ao mesmo objeto e no período de até 1 (um) ano anterior à data do envio para comprovação da regularidade de preços ofertados ao Senado Federal.

Em atendimento ao dispositivo supra, a empresa encaminhou 03 (três) notas de empenhos do mesmo evento, conforme documentado no NUP

¹⁵ 00100.045586/2025-70-5 (ANEXO: 005).

¹⁶ 00100.065743/2025-63-1 (ANEXO: 001), 7-8.

¹⁷ *Idem*, p. 9.

¹⁸ *Ibidem*, p. 10.

¹⁹ *Ibidem*, p. 11.

²⁰ *Ibidem*, p. 12-13.

²¹ 00100.065743/2025-63, item 5, p. 6.

²² 00100.067587/2025-75.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração de Contratações – SADCON
 Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR
 Serviço de Execução de Compras – SEEXCO

Processo nº 00200.005021/2025-21.

00100.065743/2025-63-2. Ressaltamos que as notas apresentadas estão com valor **inferior** àquele apresentado na proposta feita ao Senado Federal. Entretanto, no documento de NUP 00100.065743/2025-63, o OT informou que:

Observa-se que as notas demonstram que o preço é regular nos termos do artigo 14, §8º do ADG nº 14/2022 haja vista que foram emitidas em nome da proponente, referem-se a objetos semelhantes (mesmo curso realizado no ano passado) e foram elaboradas no período de até um ano anterior à data de envio. É dizer, os 3 documentos idênticos juntados referem-se à participação presencial de servidores de outros órgãos e do próprio Senado Federal no 1º Workshop Contábil realizado no ano de 2024. Adicionalmente, conforme se percebe pela análise documental das notas de empenho, os valores cobrados por inscrição (R\$3.290,00 e R\$3.450,00) são menores que aquele ora cobrado ao Senado Federal. A empresa não apesentou notas do evento atual e apenas dignou-se a justificar o aumento das inscrições dessa 2ª edição do treinamento que aqui se pleiteia por meio de autodeclaração anexa em parte transcrita abaixo:

(...) DLS Treinamentos LTDA, inscrita no CNPJ nº 29.300.259/0001-30, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a). Damiana Lacerda Soares, portador(a) da Carteira de Identidade nº 665250 SSP/DF e do CPF nº 226.711.371-68, DECLARA para os devidos fins que por fatores relacionados à logística de serviços relativos à nossa atividade, os valores dos cursos de 40h aumentaram em média 35,75%.

Este valor foi estipulado com base em estudo detalhado realizado pela diretoria comercial que confirmou a necessidade de adequação dos preços à realidade do mercado e da própria empresa, absorvendo todos os reajustes (logística, material didático, valores de honorários, custo de serviços, etc.). Com o resultado finalizado chegou-se a esta porcentagem.

Por este motivo, não possuímos notas fiscais/notas de empenho referente ao mesmo objeto (workshop contábil) que demonstrem que o preço oferecido ao Senado Federal é igual ou inferior àquele cobrado de outras entidades, públicas ou privadas, sendo assim, será inviável o envio da documentação requerida para comprovação da regularidade de preços. (Grifo original).

Ato contínuo, o órgão técnico manifestou [Documentos registrados no SIGAD sob o NUP 00100.065743/2025-63]:

De todo modo, não obstante não ter sido expresso, salvo melhor juízo, no regulamento guia como procedimento apto a demonstrar a regularidade do preço o sítio eletrônico da empresa serve para se clarificar que o preço disponibilizado ao mercado/outros fornecedores. O valor unitário cobrado na proposta comercial (R\$5.210,00) é o menor



SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração de Contratações – SADCON
 Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR
 Serviço de Execução de Compras – SEEXCO

Processo nº 00200.005021/2025-21.

do que aquele cobrado por inscrição (2º lote – 5.250,00) conforme disposto no website do workshop (<https://dlstreinamentos.com.br/ii-workshop-contabil/>). Por último, para fins de enquadramento no §8º do artigo 14 do ADG nº 14/2022, atesta-se a incontroversa similaridade técnica de cursos da mesma natureza, apenas realizados em anos subsequentes.

Do exposto, **atesta-se a regularidade do preço** em prestígio ao §8º do artigo 14 em detrimento do §6º, inciso II do artigo 14 do ADG nº 14/2022. [Grifos do original]

Isso posto, em cumprimento ao art. 20, § 2º, inciso I, do Regulamento Orgânico Administrativo do Senado Federal (APR nº 22/2022), a COCVAP, nessa verificação preliminar, **ratificou** que os procedimentos adotados pelo OT estão em conformidade com o art. 14, incisos I e II do §6º e §9º do ADG n. 14/2022. A pesquisa de preços **está válida até 13/10/2025**²³.

6. DA ANÁLISE DA ADVOCACIA DO SENADO FEDERAL – ADVOSF

Em observância ao disposto no art. 205, do RASF em vigor, o processo foi encaminhado à Advocacia do Senado Federal – ADVOSF, órgão da Casa a quem incumbe analisar os aspectos legais, regulamentares e jurisprudenciais pertinentes ao tema.

Nesse contexto, a Advocacia do Senado Federal emitiu o **Parecer nº 295/2025-ADVOSF**²⁴, de 30/04/2025, sobre o qual ressaltamos a necessidade de leitura e análise de todo o seu conteúdo pela autoridade competente.

As recomendações expressas no referido Parecer da ADVOSF serão ou já estão complementadas no curso da instrução processual, pois estão relacionadas, entre outras questões, aos atos administrativos reservados às autoridades competentes como, por exemplo, a autorização da contratação direta.

7. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

A regularidade fiscal e trabalhista da pretensa contratada foi comprovada através do Relatório do SICAF presente no **Anexo 01** (RFB/PGFN/INSS com validade até **08/10/2025**; FGTS com validade até **20/05/2025**; trabalhista com validade até **27/10/2025**; Regularidade fiscal junto ao Governo do Distrito Federal, com validade até **03/08/2025** (**Anexo 01, p. 3.**), com a respectiva isenção para a regularidade municipal).

²³ 00100.067587/2025-75, p. 3.

²⁴ 00100.076106/2025-12.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração de Contratações – SADCON
 Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR
 Serviço de Execução de Compras – SEEXCO

Processo nº 00200.005021/2025-21.

Em relação ao Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), a situação encontra-se regular (**Anexo 01, p. 4**).

Complementarmente, consultamos o relatório emitido pelo Tribunal de Contas da União, que apresenta Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do: **a**) Cadastro de Licitantes Inidôneos, mantido pelo próprio Tribunal de Contas da União; **b**) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça; **c**) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e **d**) do Cadastro Nacional de Empresas Punitas (CNEP), ambos mantidos pelo Portal da Transparência. Não foram encontrados registros que impedissem a Administração de contratar com a proponente em nenhum dos cadastros, conforme atestado no **Anexo 01, p. 5**.

Por fim, consta nos autos Declaração de Atendimento ao inciso XXIII do art. 7º da Constituição Federal²⁵.

8. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Outrossim, chamada a se manifestar, a Coordenação de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário – COPAC exarou a **Informação nº 299/2025-COPAC/SAFIN**²⁶, de 05/05/2025, segundo a qual existe disponibilidade orçamentária no exercício de 2025 para fazer frente a esta contratação.

A esse respeito, registramos que o OT, por meio de anexo ao **Despacho nº 137/2025 – COADFI/ILB**²⁷, de 14/04/2025, apresenta o saldo disponível para o treinamento no ano de 2025 para o órgão solicitante, assim como informações correlatas.

Por fim, informamos que **foi criada no sistema GESCON a Pré-Avença nº 5965** referente a esta contratação. As autorizações correspondentes devem ser registradas nesse sistema.

9. CONCLUSÃO

Diante do exposto, a presente contratação se encontra devidamente instruída, em atendimento ao art. 54, caput e §§ 1º e 2º, do ADG nº 14/2022, para deliberação da **Senhora Diretora-Geral** quanto à autorização da participação dos servidores no treinamento solicitado, com base no art. 28, inciso II, do Anexo IV do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

²⁵ 00100.065743/2025-63-4 (ANEXO: 004), p. 12.

²⁶ 00100.076779/2025-72.

²⁷ 00100.065743/2025-63, p. 14-15.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração de Contratações – SADCON
 Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR
 Serviço de Execução de Compras – SEEXCO

Processo nº 00200.005021/2025-21.

Na sequência, os autos devem seguir para análise e decisão de mérito sobre a contratação. Assim, em cumprimento ao disposto no art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, compete ao **Senhor Diretor-Executivo de Governança Contratual e Licitatória do Senado Federal**, com base no art. 9º, do Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal e no ADG 33/2017, caso entenda pertinente:

- a. **APROVAR** o Termo de Referência²⁸;
- b. **AUTORIZAR** a presente contratação por Inexigibilidade de licitação;
- c. **DESIGNAR** os gestores e fiscais da avença titulares e substitutos;
- d. **AUTORIZAR** a realização da despesa, cujo valor total estimado é de **R\$ 15.360,00** (quinze mil trezentos e sessenta reais); e
- e. **DETERMINAR** a emissão da respectiva nota de empenho, em favor da empresa **DLS TREINAMENTOS LTDA.**, CNPJ nº 29.300.259/0001-30.

Após as providências acima, e antes da emissão da respectiva nota de empenho, os autos deverão retornar à SADCON para atendimento ao disposto no art. 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, sugerimos o encaminhamento dos autos à DGER, para autorização da participação dos servidores no treinamento solicitado e, após, à DIRECON, para avaliação do mérito e decisão, sopesando a justificativa apresentada pela área técnica em conjunto com o atendimento dos requisitos legais que autorizam a presente contratação direta, conforme acima detalhados.

Respeitosamente,

(verificar assinatura digital)
ALEXANDRE BASTOS DE MELO
 COCDIR

(verificar assinatura digital)
ANA CAROLINA COUTINHO VILLANOVA
 SEEXCO/COCDIR/Revisora

²⁸ 00100.065804/2025-92.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração de Contratações – SADCON
Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR
Serviço de Execução de Compras – SEEXCO

Processo nº 00200.005021/2025-21.

De acordo.

À SADCON, para conhecimento e posterior encaminhamento à Diretoria-Geral – DGER, para autorização da participação dos servidores em questão e, em seguida, à Diretoria-Executiva de Governança Contratual e Licitatória – DIRECON, para a avaliação do mérito e decisão acerca da autorização da inexigibilidade de licitação.

(verificar assinatura digital)
ADRIANA CRISTINA REPELEVICZ DE ALBERNAZ
Coordenadora da COCDIR

De acordo.

À DGER, para análise e deliberação.

(verificar assinatura digital)
FELIPE ORSETTI PRADO
Diretor da SADCON em exercício





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 29.300.259/0001-30 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 20/12/2017
NOME EMPRESARIAL DLS TREINAMENTOS LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) DLS TREINAMENTOS			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda 62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis 62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação 62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação 63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO Q QNM 34 AREA ESPECIAL 1	NÚMERO SN	COMPLEMENTO SALA 2604 PARTE A JK SHOPPING	
CEP 72.145-450	BAIRRO/DISTRITO TAGUATINGA NORTE (TAGUATINGA)	MUNICÍPIO BRASILIA	UF DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTATO@DLSTREINAMENTOS.COM.BR		TELEFONE (61) 9961-2783	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/12/2017	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **05/05/2025 às 14:30:05** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**





Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 29.300.259/0001-30 DUNS®: 945272332
 Razão Social: DLS TREINAMENTOS LTDA
 Nome Fantasia: DLS TREINAMENTOS
 Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 16/01/2026
 Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
 MEI: Não
 Porte da Empresa: Micro Empresa

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
 Impedimento de Litar: Nada Consta
 Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
 Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com ** está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	08/10/2025	Automática
FGTS	Validade:	20/05/2025	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	27/10/2025	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	22/06/2025
Receita Municipal (Isento)		

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade:	31/05/2025
-----------	------------

em: 05/05/2025 14:25

7.XXX.XXX-22 Nome: LILIA VIEIRA ALENCAR

1 de 1





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO Nº: 135040396372025
NOME: DLS TREINAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: QNM 34 AREA ESPECIAL 1 SALA 2604 PARTE A JK SHOPPING S/N
CIDADE: TAGUATINGA NORTE TAG
CNPJ: 29.300.259/0001-30
CF/DF 0783796800135
FINALIDADE: JUNTO AO GDF

____ CERTIFICAMOS QUE _____

HA DEBITOS VINCENDOS. LANCAMENTO: 2025

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5.172/66 – CTN.
Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.
Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

**Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 03 de agosto de 2025. ***

Intitida via internet em 05/05/2025 às 14:27:17 e deve ser validada no endereço <https://www.receita.fazenda.df.gov.br>.



 Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN)
Consulta Contratante

Emissão em 05/05/2025, 14:29

Parâmetros: CPF / CNPJ: 29.300.259/0001-30. Situação para a Esfera Federal: REGULAR

Nenhum registro ativo localizado - Situação REGULAR

Código de Validação: MTdhZmFmZjYyZTBmODB1YjM1NDIyYjEyNDA3NzA3Yzc2NmJkOWYwY2M5M2NhNGEzODYwYjMyYWRIMWRkNzYzYw==

Para validar esse documento acesse a opção Cadastro -> Validar Relatórios



ao deste documento não dispensa a consulta ao Cadin a ser realizada pela Administração Pública no momento da operação a que se destina

Página 1 de 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6594F340006B56C2.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 05/05/2025 14:29:45

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **DLS TREINAMENTOS LTDA**
CNPJ: **29.300.259/0001-30**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

Processo nº 00200.005021/2025-21

Assunto: Treinamento externo. DEFERIDO, nos termos do art. 29, inciso II, do Anexo IV do RASF.

Senhor Diretor-Executivo de Governança Contratual e Licitatória,

Trata-se de solicitação do(a) Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade - SAFIN (NUP 00100.045586/2025-70), conforme art. 22 e seguintes do Anexo IV do Regulamento Administrativo do Senado Federal (RASF), aprovado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2022, para que o(s) servidor(es) e/ou servidora(s) indicado(s) abaixo participe(m) do treinamento externo intitulado “II WORKSHOP CONTÁBIL”, promovido pela empresa DLS - Treinamentos Ltda., a realizar-se no período de 09 a 13 de junho de 2025 , na cidade de João Pessoa - PB, na modalidade **presencial**:

Servidor(a)	Matrícula
CECILIA MARIA DE OLIVEIRA GUIMARÃES	256204
LEONARDO DOS REIS GUEDES FERREIRA	266738
GUSTAVO DARIO VINHAL	254888

Ante o exposto, nos termos da competência delineada no art. 28, inciso II, observado o disposto nos arts. 22 a 35, todos do Anexo IV do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2023, levando-se em consideração a manifestação dos órgãos técnicos e o cumprimento dos requisitos normativos, passo a decidir:

1. AUTORIZO, condicionando-se à deliberação favorável dessa DIRECON para contratação da promotora do evento, a participação do(s) servidor(es) e/ou servidora(s) supracitados no treinamento externo intitulado “II WORKSHOP CONTÁBIL”, promovido pela empresa DLS - Treinamentos Ltda., a realizar-se no período de 09 a 13 de junho de 2025, na cidade de João Pessoa - PB, na modalidade **presencial**, com ônus,





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

consoante o inciso II do art. 29, referente às parcelas previstas nos incisos I, II e IV do § 2º do mesmo artigo, todos do Anexo IV¹ do RASF, bem como o registro do(s) afastamento(s) de 09 a 13 de junho de 2025.

Encaminhem-se os autos à **DIRECON** para deliberação acerca da contratação direta e demais decisões dela decorrentes, com fundamento nos arts. 9º e 10 do Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pelo ATC nº 14/2022, c/c art. 1º, inciso XI, do ADG nº 33/2017.

Após deliberações por parte da **DIRECON**, encaminhe-se, via eletrônica deste Despacho à **AADGER**, para publicação da presente decisão e, em seguida, à **SEGP** para ciência aos interessados e registro do afastamento do(s) servidor(es) e/ou servidora(s).

Brasília, 6 de maio de 2025.

(assinado eletronicamente)
ILANA TROMBKA
 Diretora-Geral

¹ Art. 29. As modalidades de participação do Senado Federal no apoio financeiro à participação de servidores em ações externas de capacitação são as seguintes:

(...)

II - com ônus, sendo devido o pagamento definido no inciso I do caput deste artigo e de quaisquer parcelas previstas nos incisos III a VI do § 2º deste artigo.

(...)

§ 2º O servidor participante de ação externa de capacitação que implique apoio financeiro poderá receber as seguintes parcelas:

I - todas as parcelas remuneratórias ordinárias relativas a seu cargo e nível na carreira;

II - gratificação pelo exercício de função comissionada, nos casos em que permanecer designado durante o afastamento;

(...)

IV - taxas de inscrição ou matrícula, mensalidade, semestralidade ou anualidade, conforme o caso;

